

# PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 004/2026

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VIÇOSA (BA)

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE PNEUS NOVOS, CÂMARAS DE AR, PROTETORES E ACESSÓRIOS CORRELATOS, DESTINADOS À MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE NOVA VIÇOSA/BA.

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

**Dia 29/05/2026 às 09:00hs (horário de Brasília)**

**PRAZO:** 08 DIAS ÚTEIS (ART. 55, I, "A")

**AMPARO LEGAL:** LEI N° 14.133/2021, LEI COMPLEMENTAR N° 123/2006, DECRETO MUNICIPAL N° 1618/2024 E, SUBSIDIARIAMENTE, NO QUE COUBER, DECRETO FEDERAL N° 11.462/2023.

**CLASSIFICAÇÃO:** BEM COMUM (ART. 6º, XIII)

**MODALIDADE:** PREGÃO (ART. 6º, XLI)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE ÚNICO (ART. 34)

**MODO DE DISPUTA:** ABERTO E FECHADO (ART. 56, I E II)

**FORMA:** ELETRÔNICA (ART. 17, § 2º)

**PLATAFORMA:** [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:** SIM, NOS TERMOS DA LC N° 123/2006, SEM EXCLUSIVIDADE DE LOTE OU RESERVA DE COTA, EM RAZÃO DA ESTRUTURAÇÃO JUSTIFICADA EM LOTE ÚNICO.



## Sumário

1. PREÂMBULO.....	3
2. DO OBJETO.....	3
3. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	4
4. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DAS UNIDADES DEMANDANTES.....	4
5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	4
6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA.....	5
7. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, CLASSIFICAÇÃO E ETAPA DE LANCES.....	5
8. DO JULGAMENTO E DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA.....	6
9. DA PROPOSTA READEQUADA E DOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES.....	6
10. DA HABILITAÇÃO.....	7
11. DOS RECURSOS.....	10
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO.....	10
13. DA HOMOLOGAÇÃO, DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA FORMALIZAÇÃO.....	10
14. DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ATA.....	11
15. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA.....	11
16. DO RECEBIMENTO, DA RECUSA E DA SUBSTITUIÇÃO DOS ITENS.....	12
17. DA GARANTIA DOS PRODUTOS.....	13
18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.....	13
19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.....	13
20. DO PAGAMENTO.....	13
21. DO REAJUSTE, DA REVISÃO E DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS.....	14
22. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	14
23. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS.....	15
24. DA PROTEÇÃO DA INTEGRIDADE, DA LEGALIDADE E DA BOA-FÉ.....	15
25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS.....	15
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.....	16
ANEXO III – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME/EPP.....	37
ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO.....	38
ANEXO V – DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGO DE MENOR.....	39
ANEXO VI – DECLARAÇÃO SOBRE RESERVA DE CARGOS.....	40
ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE INTEGRALIDADE DA PROPOSTA.....	41
ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA.....	42
ANEXO IX – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	43
ANEXO X – MINUTA DE CONTRATO.....	51



## **1. PREÂMBULO**

1.1. O MUNICÍPIO DE NOVA VIÇOSA/BA, por intermédio da Prefeitura Municipal, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS, com critério de julgamento de MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE ÚNICO, nos termos da Lei nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/2006, das regras aplicáveis ao Sistema de Registro de Preços e das demais normas pertinentes.

1.2. A sessão pública será realizada em sistema eletrônico adotado pelo Município, na data, horário e endereço eletrônico indicados no aviso de licitação e no sistema eletrônico.

1.3. Integram este edital, para todos os fins: Anexo I - Termo de Referência; Anexo II - Modelo de Proposta Readequada; Anexo III - Declaração de Enquadramento como ME/EPP; Anexo IV - Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo; Anexo V - Declaração de Não Emprego de Menor; Anexo VI - Declaração sobre Reserva de Cargos; Anexo VII - Declaração de Integralidade da Proposta; Anexo VIII - Declaração de Ciência e Concordância; Anexo IX - Minuta da Ata de Registro de Preços; Anexo X - Minuta de Contrato.

## **2. DO OBJETO**

2.1. Constitui objeto da presente licitação o Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de pneus novos, câmaras de ar, protetores e acessórios correlatos, destinados ao atendimento da frota de veículos, máquinas e equipamentos do Município de Nova Viçosa/BA, conforme condições, quantidades, especificações e exigências estabelecidas neste edital e em seus anexos.

2.2. Os bens objeto da contratação possuem natureza de bens comuns, passíveis de descrição objetiva e comparação entre propostas, por meio de medidas, aplicação, tipo de construção, compatibilidade, certificação aplicável, garantia e demais características usuais de mercado.

2.3. O critério de julgamento será o de menor preço global por lote único, sem prejuízo da análise obrigatória da aceitabilidade, compatibilidade e exequibilidade dos preços unitários apresentados para cada item.

2.4. A contratação será estruturada em lote único, conforme justificativa técnica constante do ETP e do Termo de Referência, em razão da natureza integrada da solução, da necessidade de atendimento uniforme da frota municipal, da gestão centralizada do fornecimento, da redução de custos administrativos, da diluição de custos logísticos, da uniformidade de garantia e da responsabilização direta do fornecedor pelo conjunto registrado.

2.5. A adoção do lote único não afasta o controle dos preços unitários, não autoriza sobrepreço isolado e não dispensa a demonstração de compatibilidade da proposta com os valores estimados pela Administração.

2.6. A adoção do lote único não transforma o julgamento global em autorização para aceitação automática da proposta. A Administração deverá verificar, obrigatoriamente, a compatibilidade técnica de cada item, a adequação das marcas/modelos ofertados, a conformidade com as especificações mínimas, a exequibilidade dos preços unitários e a inexistência de sobrepreço isolado.



2.7. A licitante vencedora deverá apresentar proposta readequada com discriminação completa dos preços unitários e totais de cada item, sendo vedada a utilização do desconto global para encobrir preço unitário superior ao estimado, item inexecuível, composição artificial ou deslocamento indevido de valores.

2.8. A Administração poderá desclassificar a proposta que, embora apresente menor preço global, contenha item com preço unitário acima do valor máximo estimado, preço manifestamente inexecuível, especificação incompatível ou composição que comprometa a vantajosidade da contratação.

### **3. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. A presente licitação será processada pelo Sistema de Registro de Preços – SRP, por se tratar de demanda futura, estimada, recorrente e parcelada, cuja necessidade exata de consumo não pode ser previamente dimensionada com precisão.

3.2. Os quantitativos constantes da planilha descritiva representam estimativa máxima para formação da ata, não gerando ao licitante vencedor direito subjetivo à contratação integral.

3.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, ficando cada aquisição condicionada à necessidade efetiva, à disponibilidade orçamentária, à conveniência administrativa e à emissão do respectivo instrumento de solicitação.

3.4. A quantidade mínima por solicitação poderá corresponder a 1 (uma) unidade do item efetivamente demandado, conforme a necessidade concreta da Administração.

3.5. Não será admitida adesão à ata de registro de preços por órgãos ou entidades não participantes, medida adotada para preservar a disponibilidade dos quantitativos estimados em favor das necessidades do Município de Nova Viçosa/BA.

### **4. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DAS UNIDADES DEMANDANTES**

4.1. O órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços será a Prefeitura Municipal de Nova Viçosa/BA, por intermédio da unidade administrativa responsável pela condução do procedimento e pela gestão do registro de preços.

4.2. As contratações decorrentes da ata destinam-se ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais de Administração, Saúde, Educação, Assistência Social, Obras, Viação e demais unidades demandantes da estrutura municipal, nos limites do objeto licitado.

### **5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

5.1. Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas legalmente constituídas, do ramo compatível com o objeto, que satisfaçam as exigências deste edital e estejam credenciadas no sistema eletrônico utilizado para a disputa.

5.2. Não poderão participar, direta ou indiretamente, os licitantes enquadrados nas vedações do art. 14 da Lei nº 14.133/2021, bem como aqueles impedidos de licitar ou contratar, declarados inidôneos, em situação que caracterize conflito de interesses, fraude à competição ou violação à isonomia.

5.3. Não será admitida a participação de empresas em consórcio, considerando a natureza comum do objeto, a ampla oferta no mercado e a ausência de complexidade técnica extraordinária que justifique a conjugação de capacidades operacionais.



5.4. Aplicam-se às microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, especialmente quanto à regularização fiscal e trabalhista tardia e ao empate ficto, quando cabíveis.

5.5. Não se aplica a exclusividade para microempresas e empresas de pequeno porte nem reserva de cota, tendo em vista que a contratação foi técnica e motivadamente estruturada em lote único, conforme ETP e Termo de Referência, com valor global estimado superior ao limite legal aplicável, sem prejuízo da ampla participação dessas empresas e do exercício dos benefícios legais compatíveis.

5.6. A participação do licitante implica pleno conhecimento e aceitação das condições estabelecidas neste edital e em seus anexos.

## **6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

6.1. Os licitantes encaminharão proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e o horário definidos para abertura da sessão pública.

6.2. A proposta deverá contemplar integralmente o lote único, com indicação, no que couber, de marca, modelo/referência, fabricante e demais elementos necessários à perfeita identificação técnica dos itens ofertados.

6.3. O licitante deverá declarar que sua proposta observa integralmente as especificações do edital e do Termo de Referência, inclusive quanto à exigência de pneus novos, de primeiro uso, vedada a oferta de pneus remoldados, recapados, recauchutados, recondicionados, remanufaturados ou similares.

6.4. Nos preços ofertados deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos incidentes sobre o fornecimento, inclusive frete, transporte, carga, descarga, embalagens, tributos, seguros, garantias, substituições, despesas administrativas e quaisquer outros encargos necessários à execução do objeto.

6.5. A proposta terá validade mínima de 60 (sessenta) dias, contados da data da sessão pública, salvo prazo superior informado pelo licitante.

6.6. Não serão admitidas propostas alternativas, parciais, condicionadas ou com especificações divergentes das exigidas no edital.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, CLASSIFICAÇÃO E ETAPA DE LANCES**

7.1. Na data e horário previstos, o Pregoeiro abrirá a sessão pública e verificará as propostas apresentadas, desclassificando motivadamente aquelas que contrariem as exigências do edital.

7.2. Serão classificadas para a etapa competitiva as propostas que atendam às condições de participação e às exigências mínimas do instrumento convocatório.

7.3. A etapa de lances ocorrerá no modo de disputa aberto e fechado, observadas as regras operacionais do sistema eletrônico adotado pelo Município.

7.4. Durante a etapa aberta, os licitantes poderão apresentar lances sucessivos, observadas as regras do sistema. Encerrada a etapa aberta, será processada a etapa fechada entre os licitantes classificados na forma regulamentar e conforme parametrização do sistema.



7.5. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.6. Durante a sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do ofertante até a conclusão da etapa competitiva, na forma do sistema.

7.7. Encerrada a fase de lances, o Pregoeiro poderá promover negociação com o licitante mais bem classificado, visando à obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração.

## **8. DO JULGAMENTO E DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

8.1. O julgamento observará o critério de menor preço global do lote único.

8.2. A aceitabilidade da proposta será aferida pelo preço global do lote e, cumulativamente, pela compatibilidade, coerência interna e exequibilidade dos preços unitários dos itens que o compõem.

8.3. Não serão aceitos preços unitários superiores aos valores máximos estimados pela Administração, ainda que o valor global do lote esteja abaixo do valor estimado, sendo vedado o sobrepreço isolado, o jogo de planilha e o deslocamento artificial de valores entre itens.

8.4. Poderá ser desclassificada a proposta que apresentar preço global ou unitário manifestamente inexequível, incompatível com as exigências do edital, insuficiente para cobertura dos custos mínimos de execução do objeto, ou que evidencie sobrepreço, jogo de planilha ou deslocamento artificial de valores entre itens.

8.5. Quando necessário, o Pregoeiro poderá solicitar planilha readequada, catálogos, fichas técnicas, prospectos, documentos comprobatórios de especificações ou esclarecimentos indispensáveis à análise da proposta.

8.6. Encerrada a fase de lances e definida a melhor proposta, será assegurada às microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, quando cabível, a aplicação do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006.

8.7. Para fins de empate ficto, considerar-se-á empate quando a proposta apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, observado o procedimento do sistema.

## **9. DA PROPOSTA READEQUADA E DOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES**

9.1. O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente vencedor que encaminhe, por meio do sistema eletrônico, no prazo mínimo de 04 (quatro) horas, prorrogável por igual período mediante solicitação justificada, a proposta readequada ao último lance ofertado e, se necessário, os documentos complementares à sua confirmação técnica ou econômica.

9.2. A proposta readequada deverá refletir fielmente o valor global adjudicado, indicar os preços unitários finais de todos os itens, marca, modelo/referência e demais dados técnicos necessários, sendo vedada a majoração posterior de qualquer item.

9.3. A redistribuição dos valores unitários deverá manter coerência com a composição da proposta e observar, obrigatoriamente, os valores máximos unitários estimados pela Administração, sendo vedada a majoração posterior de qualquer item, o deslocamento



artificial de preços, o sobrepreço isolado ou qualquer composição que prejudique a vantajosidade da contratação.

9.4. A eventual prorrogação do prazo dependerá de pedido fundamentado formulado antes do seu término e de aceite do Pregoeiro, sem prejuízo da celeridade do certame.

## **10. DA HABILITAÇÃO**

10.1. Encerrada a fase de julgamento, será examinada a documentação de habilitação do licitante provisoriamente vencedor, observadas as exigências deste edital, do Termo de Referência e da Lei nº 14.133/2021.

10.2. Como condição prévia ao exame da habilitação, o Pregoeiro verificará eventual descumprimento das condições de participação e a existência de sanção impeditiva de licitar ou contratar, mediante consulta aos cadastros e bases oficiais disponíveis.

10.3. Somente haverá exigência de documentos originais ou cópias autenticadas quando houver dúvida fundada acerca da autenticidade ou integridade do documento eletrônico apresentado.

### **10.4. Habilitação jurídica**

10.4.1. Para fins de habilitação jurídica, o licitante deverá apresentar, conforme sua natureza jurídica:

I - registro comercial, no caso de empresário individual;

II - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, acompanhado das alterações posteriores ou da consolidação respectiva;

III - documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, quando aplicável;

IV - inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

V - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, quando exigível;

VI - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

10.4.2. Os documentos de habilitação jurídica deverão demonstrar que o objeto social ou atividade econômica do licitante é compatível com o fornecimento de pneus, câmaras de ar, protetores, acessórios automotivos, peças automotivas ou produtos correlatos.

### **10.5. Regularidade fiscal, social e trabalhista**

10.5.1. Para comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, o licitante deverá apresentar:

I - prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

II - prova de regularidade perante a Fazenda Federal, inclusive quanto às contribuições previdenciárias e à Dívida Ativa da União;

III - prova de regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, quando aplicável;

IV - prova de regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

V - prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

VI - prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou certidão positiva com efeitos de negativa;



VII - declaração de cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, quanto à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;

VIII - declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, quando aplicável.

10.5.2. As microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas deverão apresentar toda a documentação fiscal, social e trabalhista exigida, ainda que possua alguma restrição, sendo assegurado o prazo legal para regularização, quando cabível, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

#### 10.6. Qualificação técnica

10.6.1. Para comprovação da qualificação técnica, o licitante deverá apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão anterior para fornecimento de pneus, câmaras de ar, protetores, acessórios automotivos ou objeto compatível em características com a presente contratação.

10.6.2. O atestado deverá conter, sempre que possível:

I - identificação da pessoa jurídica emitente;

II - identificação do licitante atestado;

III - descrição do objeto fornecido;

IV - indicação de que o fornecimento foi executado de forma satisfatória;

V - data ou período de execução;

VI - assinatura e identificação do responsável pela emissão.

10.6.3. Não será exigido que o atestado comprove fornecimento idêntico ao objeto licitado, bastando a demonstração de experiência compatível com a natureza do fornecimento, especialmente no ramo de pneus, câmaras, protetores, acessórios automotivos, peças automotivas ou produtos correlatos.

10.6.4. Será admitido o somatório de atestados, desde que suficiente para demonstrar a aptidão do licitante para execução do objeto.

10.6.5. O Pregoeiro poderá realizar diligência para verificar a autenticidade do atestado, esclarecer seu conteúdo, confirmar informações junto ao emitente ou verificar a pertinência do fornecimento declarado, vedada a criação de exigência nova ou alteração da substância da documentação apresentada.

10.6.6. Não serão admitidas exigências técnicas restritivas indevidas, tais como comprovação de fornecimento em percentual mínimo excessivo, exigência de marca específica, exigência de sede local, exigência de autorização exclusiva de fabricante ou qualquer documento que não guarde relação direta e proporcional com o objeto.

#### 10.7. Qualificação econômico-financeira

10.7.1. Para comprovação da qualificação econômico-financeira, o licitante deverá apresentar certidão expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, relativa à falência, recuperação judicial ou extrajudicial, observada a validade expressa no documento e, na ausência de prazo de validade, emitida há, no máximo, 60 (sessenta) dias da data de sua apresentação.

10.7.2. A existência de recuperação judicial ou extrajudicial não implicará, por si só, a inabilitação do licitante, desde que seja comprovada a aprovação ou homologação judicial do respectivo plano, quando exigível, bem como demonstrada a capacidade econômico-financeira para execução do objeto.





10.7.3. Deverão ser apresentados balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

10.7.4. As empresas constituídas há menos de 2 (dois) anos apresentarão a documentação contábil referente ao último exercício social já exigível, admitindo-se, para empresa constituída no exercício corrente, a apresentação de balanço de abertura.

10.7.5. A boa situação financeira do licitante será demonstrada mediante os seguintes índices contábeis, extraídos do balanço patrimonial apresentado:

I - Liquidez Geral - LG igual ou superior a 1,00;

II - Solvência Geral - SG igual ou superior a 1,00;

III - Liquidez Corrente - LC igual ou superior a 1,00.

10.7.6. Caso o licitante apresente resultado inferior a 1,00 em qualquer dos índices referidos, poderá comprovar sua qualificação econômico-financeira por meio de capital social integralizado ou patrimônio líquido mínimo correspondente a 4% (quatro por cento) do valor estimado da contratação.

10.7.7. Considerando o valor estimado global de R\$ 1.014.882,90, o capital social integralizado ou patrimônio líquido mínimo admitido para fins do subitem anterior será de R\$ 40.595,32.

10.7.8. A exigência de índices contábeis e, alternativamente, de capital social integralizado ou patrimônio líquido mínimo tem por finalidade demonstrar capacidade econômico-financeira compatível com o fornecimento parcelado, a responsabilidade pela entrega, substituição e garantia dos produtos, observados os limites legais, a proporcionalidade e a natureza comum do objeto.

10.7.9. A Administração poderá realizar diligências para esclarecer informações contábeis, confirmar autenticidade documental ou verificar a compatibilidade da condição econômico-financeira do licitante com as obrigações decorrentes da futura Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes.

#### 10.8. Declarações complementares

10.8.1. O licitante deverá apresentar as declarações constantes dos anexos deste edital, conforme aplicável, compreendendo, no mínimo:

I - declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação;

II - declaração de inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar;

III - declaração de cumprimento do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

IV - declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, quando aplicável;

V - declaração de integralidade da proposta econômica, indicando que os preços abrangem todos os custos necessários ao fornecimento;

VI - declaração de ciência e concordância com as condições do Edital, do Termo de Referência, da Ata de Registro de Preços e da minuta contratual;

VII - declaração de enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, quando for o caso.

#### 10.9. Manutenção das condições de habilitação

10.9.1. O licitante vencedor deverá manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes, as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame.

10.9.2. A perda superveniente das condições de habilitação poderá ensejar notificação para regularização, suspensão de fornecimento, cancelamento do registro de preços, rescisão contratual ou aplicação das sanções cabíveis, conforme o caso concreto e assegurados o contraditório e a ampla defesa.

### 11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar, de forma imediata e motivada, a intenção de recorrer, em campo próprio do sistema, sob pena de preclusão.

11.2. O prazo para apresentação das razões recursais será de 03 (três) dias úteis, contados da intimação do ato ou da lavratura da ata, conforme o caso, assegurado aos demais licitantes prazo igual para contrarrazões.

11.3. O recurso será dirigido à autoridade que houver praticado o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão ou encaminhá-lo à autoridade superior.

### 12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimentos sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial e no sistema da licitação no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

12.3. O acolhimento de impugnação que implique alteração relevante do edital ensejará, quando cabível, a reabertura dos prazos inicialmente estabelecidos.

### 13. DA HOMOLOGAÇÃO, DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA FORMALIZAÇÃO

13.1. Homologado o resultado do certame, o adjudicatário será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação, prorrogável uma vez por igual período, mediante justificativa aceita pela Administração.



13.2. A recusa injustificada em assinar a ata, aceitar ou retirar o instrumento equivalente ensejará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

13.3. A ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, admitida prorrogação por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados e observada a legislação aplicável.

13.4. Do cadastro de reserva

13.4.1. Após a homologação do resultado, poderão ser registrados na Ata de Registro de Preços, na forma da legislação aplicável e do regulamento municipal, os licitantes que aceitarem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, observada a ordem de classificação.

13.4.2. Também poderão ser incluídos no cadastro de reserva os licitantes que mantiverem sua proposta original, observada a ordem de classificação, para eventual convocação nas hipóteses de impossibilidade de atendimento pelo fornecedor melhor classificado, cancelamento do registro, rescisão, recusa de contratação ou outra hipótese admitida pela legislação.

13.4.3. A inclusão no cadastro de reserva não gera direito subjetivo à contratação, constituindo medida de conveniência administrativa destinada a preservar a continuidade do fornecimento, a eficiência do Sistema de Registro de Preços e a vantajosidade para a Administração.

13.4.4. A convocação de fornecedor integrante do cadastro de reserva observará a ordem de classificação, a compatibilidade dos preços, a manutenção das condições de habilitação e a aceitação das condições previstas neste edital, na Ata de Registro de Preços e na proposta registrada.

13.5. É vedado o acréscimo dos quantitativos registrados na ata, sem prejuízo das contratações decorrentes até o limite dos quantitativos originalmente registrados.

13.6. A ata, as contratações dela decorrentes e os respectivos atos de publicidade observarão o PNCP e os demais meios oficiais de divulgação.

#### **14. DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ATA**

14.1. As aquisições decorrentes da ata serão formalizadas mediante Autorização de Fornecimento, nota de empenho, contrato administrativo ou outro instrumento hábil admitido pela legislação.

14.2. A contratação decorrente da ata não se confunde com a mera existência do registro de preços, dependendo de demanda efetiva, disponibilidade orçamentária e conveniência administrativa.

14.3. A contratada ficará obrigada a manter, durante toda a execução, as condições de habilitação e de proposta que ensejaram o registro.

#### **15. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA**

15.1. O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, conforme necessidade da Administração.





15.2. O prazo máximo de entrega será de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento, salvo prazo menor expressamente aceito pela contratada em sua proposta ou situação excepcional devidamente pactuada pela Administração.

15.3. O local de entrega será indicado pela unidade demandante no respectivo pedido, devendo situar-se em endereço institucional localizado no Município de Nova Viçosa/BA. Entregas fora do Município somente poderão ocorrer mediante concordância expressa da contratada e formalização específica, sem alteração unilateral das condições econômicas da proposta.

15.4. Não será admitida entrega parcial dos itens requisitados sem autorização prévia e expressa da Administração.

15.5. Todas as despesas com transporte, frete, embalagem, descarga, tributos e encargos correrão por conta exclusiva da contratada.

15.6. Os pneus deverão ser entregues com identificação legível do fabricante, medida, índice de carga, índice de velocidade, lote e data de fabricação (DOT ou equivalente), quando aplicável.

15.7. Como requisito de qualidade, segurança, durabilidade e melhor aproveitamento da garantia, os pneus deverão, preferencialmente, possuir data de fabricação não superior a 12 (doze) meses contados da data da entrega.

15.7.1. Poderão ser aceitos pneus com data de fabricação superior ao prazo indicado no item anterior, desde que a contratada comprove, de forma satisfatória, que o produto se encontra em perfeitas condições de armazenamento, integridade, segurança e uso, que será mantida integralmente a garantia exigida no edital e que não haverá prejuízo à Administração.

15.7.2. A aceitação de pneus com data de fabricação superior a 12 (doze) meses dependerá de análise e manifestação expressa da fiscalização, devidamente motivada no processo de recebimento.

## **16. DO RECEBIMENTO, DA RECUSA E DA SUBSTITUIÇÃO DOS ITENS**

16.1. O recebimento dos produtos ocorrerá provisoriamente no ato da entrega, para conferência quantitativa e documental, e definitivamente após verificação da conformidade com as especificações do edital, do Termo de Referência e da proposta vencedora.

16.2. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada quanto à qualidade, procedência, compatibilidade e garantia dos itens fornecidos.

16.3. Os itens entregues em desacordo com as especificações, com vícios, defeitos, avarias, indícios de armazenamento inadequado ou incompatibilidade com a marca/modelo ofertados poderão ser rejeitados no todo ou em parte.

16.4. A contratada deverá substituir, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sem ônus para a Administração, os itens recusados ou considerados inadequados pela fiscalização.

16.5. A reincidência de inconformidades, a demora injustificada na substituição ou o fornecimento de itens de qualidade inferior ensejarão a aplicação das sanções cabíveis e poderão motivar o cancelamento do registro de preços.

## **17. DA GARANTIA DOS PRODUTOS**

17.1. Os produtos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo, sem prejuízo da garantia legal e da garantia eventualmente superior ofertada pelo fabricante, prevalecendo a mais vantajosa para a Administração.

17.2. Em caso de defeito de fabricação, falha prematura, vício oculto ou inadequação de desempenho, a contratada deverá providenciar a substituição do item ou a solução determinada pela Administração, sem qualquer custo adicional.

## **18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

18.1. Fornecer os produtos em estrita conformidade com o edital, o Termo de Referência, a ata e a proposta vencedora.

18.2. Entregar apenas itens novos, de primeiro uso, compatíveis com as especificações exigidas.

18.3. Manter, durante toda a execução, as condições de habilitação, regularidade fiscal, social, trabalhista, econômico-financeira e técnica.

18.4. Assumir integral responsabilidade por frete, transporte, carga e descarga, tributos, encargos e demais custos do fornecimento.

18.5. Substituir, no prazo fixado pela fiscalização, os itens recusados, defeituosos ou entregues em desacordo.

18.6. Não substituir marca, modelo ou especificação sem prévia autorização formal da Administração.

18.7. Reparar danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de culpa, dolo, defeito do produto ou execução inadequada do fornecimento.

18.8. Prestar todas as informações e documentos solicitados pela fiscalização e pelo gestor da contratação.

## **19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

19.1. Emitir as Autorizações de Fornecimento e prestar as informações necessárias à execução do objeto.

19.2. Acompanhar, fiscalizar, conferir, receber e atestar o fornecimento regular.

19.3. Rejeitar, motivadamente, os itens em desconformidade com o edital e exigir sua substituição.

19.4. Efetuar o pagamento na forma e no prazo estabelecidos, após o recebimento definitivo e o atendimento das condições de liquidação.

19.5. Aplicar as penalidades cabíveis, quando constatado descumprimento contratual.

## **20. DO PAGAMENTO**

20.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo fiscal competente, após o recebimento definitivo do objeto.

20.2. A Nota Fiscal deverá conter a discriminação dos itens entregues, quantidades, preços unitários, preço total e referência à Autorização de Fornecimento correspondente.

20.3. O pagamento ficará condicionado à regularidade fiscal e trabalhista da contratada, à inexistência de pendências impeditivas e à conformidade do fornecimento.

20.4. Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até a regularização, sem ônus para a Administração.

20.5. Nenhum pagamento será efetuado por item recusado, entregue em desacordo ou não definitivamente recebido.

## **21. DO REAJUSTE, DA REVISÃO E DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

21.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante os 12 (doze) primeiros meses, contados da data do orçamento estimado da licitação.

21.2. Após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado da licitação, os preços registrados poderão ser reajustados, mediante requerimento formal do fornecedor e decisão expressa da Administração, com aplicação do IPCA/IBGE, exclusivamente em relação às obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

21.3. Não haverá reajuste automático, tampouco reequilíbrio presumido ou fundado em mera alegação genérica de aumento ordinário de custos.

21.4. A revisão extraordinária para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dependerá de requerimento formal, instruído com prova robusta, contemporânea e suficiente da ocorrência de fato superveniente, imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, demonstração analítica do impacto e nexo causal entre o evento alegado e a alteração pretendida.

21.5. Verificada a redução dos preços praticados no mercado, a Administração poderá convocar o fornecedor para negociar a adequação dos valores registrados, observado o interesse público e a vantajosidade da ata.

## **22. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

22.1. O descumprimento das obrigações assumidas sujeitará o licitante ou a contratada às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

22.2. Poderão ser aplicadas, conforme a gravidade da infração: advertência; multa; impedimento de licitar e contratar; e declaração de inidoneidade, quando cabível.

22.3. A multa moratória poderá ser fixada em 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15% (quinze por cento).

22.4. A multa compensatória poderá variar de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento), conforme a gravidade da infração, a extensão do dano e o grau de inadimplemento.

22.5. As multas poderão ser descontadas de créditos da contratada ou cobradas administrativa e judicialmente, sem prejuízo da reparação integral dos danos causados.





### **23. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

23.1. O registro de preços poderá ser cancelado, assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando o fornecedor descumprir as condições da ata, não aceitar a Autorização de Fornecimento sem justificativa, deixar de manter as condições de habilitação, sofrer sanção impeditiva ou não aceitar reduzir seus preços aos praticados no mercado, quando verificada essa hipótese.

23.2. O cancelamento poderá ocorrer por razão de interesse público devidamente motivada, caso fortuito, força maior ou pedido do fornecedor, desde que não haja prejuízo à Administração.

### **24. DA PROTEÇÃO DA INTEGRIDADE, DA LEGALIDADE E DA BOA-FÉ**

24.1. A Administração poderá realizar diligências para aferir a veracidade das informações prestadas, a autenticidade dos documentos, a procedência dos produtos e a compatibilidade técnica das marcas e modelos ofertados.

24.2. Identificados indícios de fraude, conluio, manipulação de preços, apresentação de documento inidôneo, desvio de qualidade ou qualquer prática lesiva ao interesse público, a Administração adotará as medidas administrativas, cíveis e penais cabíveis.

### **25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

25.1. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro e pela autoridade competente, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, na legislação complementar aplicável, nas regras do SRP e nos princípios da Administração Pública.

25.2. A participação no certame implica concordância integral com os termos deste edital e de seus anexos.

25.3. Este edital e seus anexos serão disponibilizados no sistema eletrônico da licitação, no sítio oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, na forma exigida pela legislação.

25.4. Fica eleito o foro da Comarca de Nova Viçosa/BA, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir controvérsias oriundas do presente certame, ressalvadas as competências legais específicas.

Nova Viçosa/BA, 04 de maio de 2026.

---

Jhones Felix dos Santos  
Chefe do Departamento de Licitação  
Decreto nº 309/2026

## ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº PE 004/2026

**Órgão:** Prefeitura Municipal de Nova Viçosa/BA

**Unidade demandante:** Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias Municipais usuárias da frota municipal.

**Objeto:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de pneus novos, câmaras de ar, protetores e acessórios correlatos, destinados à manutenção da frota de veículos, máquinas e equipamentos do Município de Nova Viçosa/BA.

**Forma de contratação:** Pregão Eletrônico, sob Sistema de Registro de Preços, com modo de disputa aberto e fechado.

**Critério de julgamento:** Menor preço global por lote único, com análise obrigatória da aceitabilidade dos preços unitários dos itens que compõem o lote.

#### 1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de pneus novos, câmaras de ar, protetores e acessórios correlatos, destinados à manutenção da frota de veículos, máquinas e equipamentos do Município de Nova Viçosa/BA, conforme condições, especificações, quantitativos estimados e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. O objeto será organizado em lote único, com julgamento pelo menor preço global do lote, sem prejuízo da indicação e do controle dos valores unitários para fins de aceitabilidade da proposta, execução, liquidação, pagamento e gestão da Ata de Registro de Preços.

1.3. O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme demanda efetiva da Administração Municipal, mediante emissão de Ordem de Fornecimento, Autorização de Fornecimento, Nota de Empenho, contrato administrativo ou outro instrumento equivalente admitido pela legislação.

1.4. A contratação não contempla serviços de montagem, desmontagem, alinhamento, balanceamento, conserto, recapagem, recauchutagem, remoldagem ou manutenção mecânica, limitando-se ao fornecimento dos bens descritos neste Termo de Referência.

#### 2. DA FORMA DE CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação será processada por meio de licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, sob o Sistema de Registro de Preços, adotando-se o modo de disputa aberto e fechado e o critério de julgamento de menor preço global por lote único.

2.2. O Sistema de Registro de Preços é adequado à presente demanda, considerando que os produtos serão solicitados de forma futura, eventual e parcelada, conforme a necessidade das Secretarias Municipais, sem obrigação de aquisição integral dos quantitativos estimados.

2.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações em quantidade integral, ficando as aquisições condicionadas à necessidade do serviço público,

à conveniência administrativa, à disponibilidade orçamentária e à emissão do instrumento de solicitação correspondente.

2.4. A proposta final readequada deverá discriminar os valores unitários e totais de cada item, a marca, o modelo/referência e as informações técnicas necessárias à verificação da conformidade do produto ofertado, observando o valor global vencedor, os valores máximos unitários estimados pela Administração e a coerência interna da composição de preços.

2.5. Não serão admitidos preços unitários manifestamente desbalanceados, inexequíveis ou superiores aos valores unitários estimados pela Administração, nem composição que evidencie jogo de planilha, sobrepreço, deslocamento artificial de valores entre itens ou prejuízo à vantajosidade da contratação, ainda que o valor global do lote esteja abaixo do estimado.

2.6. Não será admitida adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes, com a finalidade de preservar os quantitativos estimados em favor das necessidades do Município de Nova Viçosa/BA.

### **3. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

3.1. A presente contratação tem por finalidade garantir o fornecimento regular de pneus e acessórios indispensáveis à manutenção preventiva e corretiva da frota municipal.

3.2. A frota municipal é utilizada diariamente em serviços essenciais, incluindo transporte de pacientes, transporte escolar, deslocamento de equipes técnicas e administrativas, apoio às ações de assistência social, execução de serviços de infraestrutura urbana e rural, manutenção de vias públicas e atendimento às demais demandas operacionais das Secretarias Municipais.

3.3. O desgaste natural dos pneus, somado às condições de circulação, à quilometragem percorrida, às rotas urbanas e rurais e ao uso contínuo de veículos, máquinas e equipamentos, impõe à Administração a necessidade de reposição planejada, evitando paralisações, riscos à segurança, contratações emergenciais e prejuízos à continuidade dos serviços públicos.

3.4. A contratação por registro de preços proporciona maior racionalidade administrativa, planejamento de consumo, padronização dos pedidos, controle de preços e atendimento tempestivo às necessidades da frota, sem gerar obrigação de aquisição integral dos quantitativos estimados.

#### **3.5. Justificativa para adoção de lote único**

3.5.1. A adoção do lote único decorre de avaliação técnica, econômica e operacional realizada na fase de planejamento, considerando a natureza da demanda, o modelo de gestão da frota municipal, a necessidade de fornecimento parcelado, a diversidade de Secretarias usuárias e a necessidade de assegurar atendimento contínuo, uniforme e rastreável para veículos leves, médios, pesados, máquinas pesadas e motocicletas.

3.5.2. Embora os itens possuam individualidade técnica, todos integram uma mesma solução administrativa: a reposição planejada de pneus, câmaras de ar, protetores e acessórios correlatos necessários à manutenção da segurança, da operacionalidade e da continuidade da frota municipal.





3.5.3. A contratação conjunta permite que a Administração tenha fornecedor responsável pelo conjunto da solução, com maior controle sobre prazos, garantia, substituição de itens, padronização de entregas, rastreabilidade dos produtos fornecidos e responsabilização direta em caso de desconformidade.

3.5.4. A Administração avaliou a possibilidade de adjudicação por item ou por múltiplos lotes, porém, no caso concreto, a estruturação em lote único mostra-se mais adequada por permitir solução completa para a frota municipal, com redução de custos administrativos de gestão, fiscalização, controle de pedidos, recebimento, substituição e acompanhamento da Ata de Registro de Preços.

3.5.5. A divisão por itens poderia gerar fragmentação excessiva da execução, multiplicidade de fornecedores, divergência de prazos de entrega e garantia, dificuldade de coordenação dos pedidos e maior risco de desabastecimento parcial, especialmente em itens de menor quantitativo, menor atratividade comercial ou aplicação específica.

3.5.6. Alguns itens, como câmaras de ar, protetores, pneus de motocicleta e pneus de aplicação específica em máquinas pesadas, podem ter menor atratividade quando licitados isoladamente. O julgamento em lote único reduz o risco de itens desertos ou fracassados e favorece a apresentação de proposta capaz de atender à solução completa pretendida pela Administração.

3.5.7. O lote único permite que os licitantes formulem proposta considerando o conjunto da demanda estimada, com possibilidade de diluição de custos logísticos, administrativos, de transporte, entrega, substituição e garantia, favorecendo economia de escala e melhor vantajosidade global para a Administração.

3.5.8. A opção pelo lote único não tem finalidade de restringir a competição, devendo o Edital afastar exigências indevidas como indicação de marca, preferência por origem de fabricação, limitação geográfica, sede ou filial local, exclusividade de distribuição ou documentos desproporcionais ao objeto.

3.5.9. Para resguardar a competitividade e evitar distorções, a aceitabilidade da proposta será aferida tanto pelo valor global do lote quanto pelos preços unitários dos itens que o compõem, sendo vedados preços unitários superiores aos estimados, sobrepreço isolado, jogo de planilha, inexecutabilidade ou deslocamento artificial de valores entre itens.

3.5.10. A adoção do lote único deverá ser acompanhada de proposta readequada com discriminação completa dos itens, marcas/modelos e preços unitários, sem obrigação de aquisição integral dos quantitativos registrados e com execução parcelada conforme a necessidade efetiva da Administração.

#### **4. DA JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO**

4.1. A estimativa de quantitativos foi definida com base no levantamento da frota municipal, no histórico de consumo, na necessidade de reposição periódica dos itens, na utilização contínua dos veículos e máquinas e nas demandas informadas pelas unidades administrativas.

4.2. O levantamento utilizado no planejamento indica frota composta por veículos leves, veículos médios, veículos pesados, máquinas pesadas e motocicletas, utilizados por diversas Secretarias Municipais.



4.3. Os quantitativos possuem caráter meramente estimativo e não obrigam a Administração à aquisição integral, servindo exclusivamente para planejamento da contratação, elaboração das propostas, formação do preço global do lote e gerenciamento da Ata de Registro de Preços.

4.4. Itens, unidades, quantitativos e valores estimados do lote único:

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	UNID.	QTD.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
01	PNEU 175/70R13, NOVO, SEM CÂMARA, APLICAÇÃO VEÍCULO LEVE	UNID	80	430,96	34.476,80
02	PNEU 215/65R16, NOVO, SEM CÂMARA, APLICAÇÃO VEÍCULO LEVE/MÉDIO	UNID	60	1.060,01	63.600,60
03	PNEU 215/75R17.5, NOVO, SEM CÂMARA, TIPO DIRECIONAL/LIVRE	UNID	50	1.350,00	67.500,00
04	PNEU 215/75R17.5, NOVO, SEM CÂMARA, TIPO TRAÇÃO/BORRACHUDO	UNID	40	1.473,67	58.946,80
05	PNEU 175/70R14, NOVO, SEM CÂMARA, APLICAÇÃO VEÍCULO LEVE	UNID	30	522,33	15.669,90
06	PNEU 265/70R16, NOVO, SEM CÂMARA, APLICAÇÃO CAMINHONETE/UTILITÁRIO	UNID	40	1.130,94	45.237,60
07	PNEU 185/65R14, NOVO, SEM CÂMARA, APLICAÇÃO VEÍCULO LEVE	UNID	36	563,64	20.291,04
08	PNEU 185/60R15, NOVO, SEM CÂMARA, APLICAÇÃO VEÍCULO LEVE	UNID	40	519,60	20.784,00
09	PNEU 235/75R17.5, NOVO, SEM CÂMARA, TIPO DIRECIONAL/LIVRE	UNID	42	1.463,00	61.446,00
10	PNEU 225/65R16, NOVO, SEM CÂMARA, APLICAÇÃO VEÍCULO LEVE/MÉDIO/UTILITÁRIO	UNID	24	1.160,00	27.840,00
11	PNEU 205/75R16, NOVO, SEM CÂMARA, APLICAÇÃO VEÍCULO MÉDIO/UTILITÁRIO	UNID	12	1.043,58	12.522,96
12	PNEU 265/60R18, NOVO, SEM CÂMARA, APLICAÇÃO CAMINHONETE/UTILITÁRIO	UNID	24	1.111,91	26.685,84
13	PNEU 9.00-20, NOVO, COM CÂMARA, TIPO DIRECIONAL/LIVRE	UNID	30	1.726,51	51.795,30
14	PNEU 9.00-20, NOVO, COM CÂMARA, TIPO TRAÇÃO/BORRACHUDO	UNID	20	1.999,00	39.980,00
15	PNEU 275/80R22.5, NOVO, SEM CÂMARA, TIPO DIRECIONAL/LIVRE	UNID	28	2.470,40	69.171,20
16	PNEU 275/80R22.5, NOVO, SEM CÂMARA, TIPO TRAÇÃO/BORRACHUDO	UNID	20	3.156,00	63.120,00
17	PNEU 7.50-16, NOVO, COM CÂMARA, TIPO DIRECIONAL/LIVRE	UNID	28	1.123,33	31.453,24
18	PNEU 7.50-16, NOVO, COM CÂMARA, TIPO TRAÇÃO/BORRACHUDO	UNID	20	1.190,63	23.812,60
19	PNEU 14.00-24, NOVO, SEM CÂMARA, APLICAÇÃO MÁQUINA PESADA/EQUIPAMENTO OPERACIONAL	UNID	18	5.523,91	99.430,38
20	PNEU 12.5/80-18, NOVO, COM CÂMARA, APLICAÇÃO MÁQUINA PESADA/EQUIPAMENTO OPERACIONAL	UNID	18	3.485,02	62.730,36
21	PNEU 16.9-24, NOVO, COM CÂMARA, APLICAÇÃO	UNID	8	3.485,67	27.885,36



ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	UNID.	QTD.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
	MÁQUINA PESADA/EQUIPAMENTO OPERACIONAL				
22	PNEU 10.00-20, NOVO, COM CÂMARA, TIPO DIRECIONAL/LIVRE	UNID	18	1.873,33	33.719,94
23	PNEU 10.00-20, NOVO, COM CÂMARA, TIPO TRAÇÃO/BORRACHUDO	UNID	10	2.082,75	20.827,50
24	CÂMARA DE AR 10.00-20, NOVA, COMPATÍVEL COM PNEU E ARO CORRESPONDENTE	UNID	30	235,98	7.079,40
25	PROTETOR ARO 20, NOVO, COMPATÍVEL COM PNEU/CÂMARA ARO 20	UNID	70	134,00	9.380,00
26	PNEU 120/80-18 M/C, NOVO, TRASEIRO, APLICAÇÃO MOTOCICLETA	UNID	4	471,53	1.886,12
27	PNEU 80/90-21 M/C, NOVO, DIANTEIRO, APLICAÇÃO MOTOCICLETA	UNID	4	635,09	2.540,36
28	CÂMARA DE AR 7.50-16, NOVA, COMPATÍVEL COM PNEU E ARO CORRESPONDENTE	UNID	28	125,43	3.512,04
29	PROTETOR ARO 16, NOVO, COMPATÍVEL COM PNEU/CÂMARA ARO 16	UNID	28	114,67	3.210,76
30	CÂMARA DE AR 9.00-20, NOVA, COMPATÍVEL COM PNEU E ARO CORRESPONDENTE	UNID	40	208,67	8.346,80
	VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE ÚNICO				1.014.882,90

4.5. A Administração poderá solicitar os itens em quantidades inferiores às estimadas em cada demanda específica, observados os quantitativos registrados, a necessidade administrativa, a disponibilidade orçamentária e as condições da Ata de Registro de Preços.

## 5. DAS ESPECIFICAÇÕES GERAIS DOS PRODUTOS

5.1. Os pneus deverão ser novos, de primeiro uso, vedado o fornecimento de produtos reconicionados, remanufaturados, recapados, recauchutados, remoldados, reformados, usados ou similares.

5.2. Os produtos deverão observar rigorosamente as medidas, aplicações, características e descrições constantes da planilha de itens, devendo ser compatíveis com a frota municipal e com a finalidade a que se destinam.

5.3. Os pneus deverão atender às normas técnicas aplicáveis e possuir certificação, selo ou registro do INMETRO quando exigível para a categoria do produto.

5.4. As câmaras de ar, protetores e acessórios correlatos deverão ser novos, compatíveis com os respectivos pneus e aros, sem remendos, defeitos, ressecamento, deformações ou sinais de reutilização.

5.5. Os produtos deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, sem cortes, rachaduras, avarias, deformações, umidade excessiva, oxidação, adulteração de marcação ou qualquer indício de armazenamento inadequado.

5.6. No ato da entrega, os pneus deverão apresentar identificação legível do fabricante, medida, índice de carga, índice de velocidade, lote e data de fabricação (DOT ou equivalente),





quando aplicável, devendo tais informações ser compatíveis com a aplicação do veículo, máquina ou equipamento de destino.

5.7. Como requisito de qualidade, segurança, durabilidade e melhor aproveitamento da garantia, os pneus deverão, preferencialmente, possuir data de fabricação não superior a 12 (doze) meses contados da data da entrega.

5.7.1. Poderão ser aceitos pneus com data de fabricação superior ao prazo indicado no item anterior, desde que a contratada comprove, de forma satisfatória, que o produto se encontra em perfeitas condições de armazenamento, integridade, segurança e uso, que será mantida integralmente a garantia exigida e que não haverá prejuízo à Administração, mediante aceitação expressa e motivada da fiscalização.

5.8. Não será admitida substituição de marca, modelo, medida, especificação ou característica essencial sem prévia e expressa autorização da Administração, hipótese em que somente será aceita solução de qualidade igual ou superior, sem acréscimo de preço e sem prejuízo da compatibilidade técnica com a frota municipal.

5.9. As descrições dos itens indicam medidas, aplicações e características mínimas necessárias ao atendimento da frota municipal, devendo os produtos ofertados possuir qualidade igual ou superior, compatibilidade com o veículo, máquina ou equipamento de destino, certificação obrigatória quando exigível e atendimento às normas técnicas aplicáveis.

5.10. Não será admitida a oferta de produto usado, reformado, remoldado, recapado, recauchutado, recondicionado, remanufaturado ou similar.

5.11. A Administração poderá solicitar, na fase de aceitabilidade da proposta ou no recebimento dos produtos, catálogo, ficha técnica, certificação, declaração do fabricante ou documento equivalente que comprove a compatibilidade do produto ofertado com as exigências deste Termo de Referência e do Edital.

5.12. A ausência de indicação expressa de índice de carga, índice de velocidade, capacidade de lonas/PR ou aplicação específica em determinado item não autoriza o fornecimento de produto inferior ou incompatível, devendo prevalecer a compatibilidade técnica com a frota municipal e com a finalidade pública do fornecimento.

## **6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

6.1. O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme necessidade da Administração Municipal, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

6.2. A execução ocorrerá mediante emissão de Ordem de Fornecimento, Autorização de Fornecimento, requisição do setor competente, Nota de Empenho, contrato administrativo ou outro instrumento formal adotado pela Administração.

6.3. Cada solicitação indicará os itens a serem fornecidos, quantitativos, local de entrega, prazo e eventuais instruções operacionais compatíveis com o objeto registrado.

6.4. Os produtos serão entregues nos locais indicados pela Administração Municipal, podendo compreender almoxarifado central, garagem municipal, setor de transportes, oficina municipal, Secretarias Municipais ou outro endereço institucional situado no Município de Nova Viçosa/BA.



6.5. O prazo máximo de entrega será de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento, salvo prazo diverso expressamente fixado pela Administração em razão da complexidade, quantidade solicitada ou necessidade do serviço.

6.6. Em situações devidamente justificadas, a Administração poderá pactuar prazo superior ou cronograma de entrega específico, desde que preservado o interesse público e formalizada a justificativa no respectivo pedido.

6.7. Os custos relativos a transporte, embalagem, carga, descarga, seguros, tributos, substituições e demais despesas necessárias ao fornecimento correrão por conta exclusiva da contratada, vedada a cobrança adicional à Administração.

6.8. Não será admitida entrega parcial dos itens requisitados sem autorização prévia e expressa da Administração.

## **7. DO RECEBIMENTO, ACEITAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO**

7.1. O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega, para conferência quantitativa, documental e visual inicial, sem importar aceitação definitiva do objeto.

7.2. O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da conformidade dos itens entregues com as especificações deste Termo de Referência, do Edital, da Ata de Registro de Preços, da proposta vencedora e da solicitação emitida.

7.3. Poderão ser recusados, no todo ou em parte, os produtos que estiverem em desacordo com as especificações, apresentarem vícios, defeitos, avarias, sinais de armazenamento inadequado, data de fabricação incompatível, ausência de certificação exigível, divergência de marca/modelo ofertado ou qualidade incompatível com a finalidade pretendida.

7.4. Os itens recusados deverão ser substituídos pela contratada, sem ônus adicional para a Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da notificação, salvo prazo menor fixado pela Administração em razão da urgência da demanda.

7.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade, adequação, segurança, procedência, garantia e conformidade dos produtos fornecidos, inclusive quanto a vícios ocultos identificados durante o uso regular.

## **8. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO E DO IMPACTO FINANCEIRO**

8.1. A estimativa de preços da contratação foi elaborada com base em relatório de cotação de preços juntado aos autos, emitido pelo sistema de compras utilizado pelo Município, contemplando os 30 (trinta) itens que compõem o lote único da contratação.

8.2. A pesquisa considerou referências oriundas de contratações públicas similares, especialmente dados extraídos do Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, com indicação dos órgãos contratantes, modalidade, fornecedores, datas de publicação e resultado, preços referenciais e preços homologados.

8.3. O valor global estimado da contratação corresponde a R\$ 1.014.882,90 (um milhão, quatorze mil, oitocentos e oitenta e dois reais e noventa centavos), conforme relatório de cotação de preços constante dos autos.

8.4. O valor estimado possui natureza referencial e será utilizado para fins de verificação da vantajosidade, julgamento da proposta, controle da Ata de Registro de Preços e gestão das futuras contratações decorrentes.



8.5. Ainda que o critério de julgamento seja o de menor preço global do lote único, a Administração deverá analisar a compatibilidade dos preços unitários de cada item, não sendo admitidos preços unitários superiores aos valores máximos estimados pela Administração, ainda que o valor global final esteja abaixo do estimado.

8.6. A proposta readequada da licitante vencedora deverá apresentar, obrigatoriamente, a discriminação dos valores unitários e totais de cada item, marca, modelo/referência e demais informações necessárias à verificação da compatibilidade com as especificações exigidas.

8.7. Não serão admitidas composições artificiais de preço, jogo de planilha, sobrepreço isolado, inexecuibilidade ou deslocamento indevido de valores entre itens do lote, ainda que o valor global final esteja abaixo do estimado pela Administração.

8.8. As futuras aquisições somente ocorrerão conforme necessidade administrativa, disponibilidade orçamentária e emissão de Autorização de Fornecimento, não havendo obrigação de aquisição integral dos quantitativos estimados.

## **9. DOS REQUISITOS ESPECÍFICOS DE PARTICIPAÇÃO E HABILITAÇÃO**

9.1. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas legalmente constituídas, cujo ramo de atividade seja compatível com o fornecimento de pneus, câmaras de ar, protetores, acessórios automotivos, peças automotivas ou produtos correlatos, desde que atendam às condições previstas no Edital, neste Termo de Referência e nos demais anexos.

9.2. Não poderão participar empresas enquadradas nas hipóteses de impedimento previstas na Lei nº 14.133/2021, no Edital ou em normas específicas aplicáveis às contratações públicas, especialmente aquelas impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública, declaradas inidôneas, suspensas nos limites legais da sanção aplicada ou que possuam conflito de interesses com o objeto da contratação.

### **9.3. Habilitação jurídica**

9.3.1. Para fins de habilitação jurídica, a licitante deverá apresentar, conforme sua natureza jurídica:

I - registro comercial, no caso de empresário individual;

II - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, acompanhado das alterações posteriores ou da consolidação respectiva;

III - documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, quando aplicável;

IV - inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

V - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, quando exigível;

VI - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

9.3.2. Os documentos de habilitação jurídica deverão demonstrar que o objeto social ou atividade econômica da licitante é compatível com o fornecimento de pneus, câmaras de ar, protetores, acessórios automotivos, peças automotivas ou produtos correlatos.

### **9.4. Regularidade fiscal, social e trabalhista**





9.4.1. Para comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, a licitante deverá apresentar:

I - prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

II - prova de regularidade perante a Fazenda Federal, inclusive quanto às contribuições previdenciárias e à Dívida Ativa da União;

III - prova de regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, quando aplicável;

IV - prova de regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;

V - prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

VI - prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou certidão positiva com efeitos de negativa;

VII - declaração de cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, quanto à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;

VIII - declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, quando aplicável.

9.4.2. As microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas deverão apresentar toda a documentação fiscal, social e trabalhista exigida, ainda que possua alguma restrição, sendo assegurado o prazo legal para regularização, quando cabível, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

#### 9.5. Qualificação técnica

9.5.1. Para comprovação da qualificação técnica, a licitante deverá apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão anterior para fornecimento de pneus, câmaras de ar, protetores, acessórios automotivos ou objeto compatível em características com a presente contratação.

9.5.2. O atestado deverá conter, sempre que possível:

I - identificação da pessoa jurídica emitente;

II - identificação da licitante atestada;

III - descrição do objeto fornecido;

IV - indicação de que o fornecimento foi executado de forma satisfatória;

V - data ou período de execução;

VI - assinatura e identificação do responsável pela emissão.

9.5.3. Não será exigido que o atestado comprove fornecimento idêntico ao objeto licitado, bastando a demonstração de experiência compatível com a natureza do fornecimento, especialmente no ramo de pneus, câmaras, protetores, acessórios automotivos, peças automotivas ou produtos correlatos.



9.5.4. Será admitido o somatório de atestados, desde que suficiente para demonstrar a aptidão da licitante para execução do objeto.

9.5.5. O Pregoeiro poderá realizar diligência para verificar a autenticidade do atestado, esclarecer seu conteúdo, confirmar informações junto ao emitente ou verificar a pertinência do fornecimento declarado, vedada a criação de exigência nova ou alteração da substância da documentação apresentada.

9.5.6. Não serão admitidas exigências técnicas restritivas indevidas, tais como comprovação de fornecimento em percentual mínimo excessivo, exigência de marca específica, exigência de sede local, exigência de autorização exclusiva de fabricante ou qualquer documento que não guarde relação direta e proporcional com o objeto.

#### 9.6. Qualificação econômico-financeira

9.6.1. Para comprovação da qualificação econômico-financeira, a licitante deverá apresentar certidão expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, relativa à falência, recuperação judicial ou extrajudicial, observada a validade expressa no documento e, na ausência de prazo de validade, emitida há, no máximo, 60 (sessenta) dias da data de sua apresentação.

9.6.2. A existência de recuperação judicial ou extrajudicial não implicará, por si só, a inabilitação da licitante, desde que seja comprovada a aprovação ou homologação judicial do respectivo plano, quando exigível, bem como demonstrada a capacidade econômico-financeira para execução do objeto.

9.6.3. A licitante deverá apresentar balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

9.6.4. As empresas constituídas há menos de 2 (dois) anos apresentarão a documentação contábil referente ao último exercício social já exigível, admitindo-se, para empresa constituída no exercício corrente, a apresentação de balanço de abertura.

9.6.5. A boa situação financeira da licitante será aferida por meio dos seguintes índices contábeis, extraídos do balanço patrimonial apresentado:

I - Liquidez Geral - LG igual ou superior a 1,00;

II - Solvência Geral - SG igual ou superior a 1,00;

III - Liquidez Corrente - LC igual ou superior a 1,00.

9.6.6. Caso a licitante apresente resultado inferior a 1,00 em qualquer dos índices contábeis exigidos, poderá comprovar sua qualificação econômico-financeira mediante capital social integralizado ou patrimônio líquido mínimo correspondente a 4% (quatro por cento) do valor estimado da contratação.

9.6.7. Considerando o valor global estimado de R\$ 1.014.882,90, o capital social integralizado ou patrimônio líquido mínimo admitido para fins do subitem anterior será de R\$ 40.595,32.

9.6.8. A exigência de índices contábeis e, alternativamente, de capital social integralizado ou patrimônio líquido mínimo tem por finalidade demonstrar capacidade econômico-financeira compatível com o fornecimento parcelado, a responsabilidade pela entrega, substituição e

garantia dos produtos, observados os limites legais, a proporcionalidade e a natureza comum do objeto.

9.6.9. A Administração poderá realizar diligências para esclarecer informações contábeis, confirmar autenticidade documental ou verificar a compatibilidade da condição econômico-financeira da licitante com as obrigações decorrentes da futura Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes.

#### 9.7. Declarações complementares

9.7.1. A licitante deverá apresentar as declarações previstas no Edital, conforme modelos anexos, compreendendo, no mínimo:

I - declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação;

II - declaração de inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar;

III - declaração de cumprimento do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

IV - declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, quando aplicável;

V - declaração de integralidade da proposta econômica, indicando que os preços abrangem todos os custos necessários ao fornecimento;

VI - declaração de ciência e concordância com as condições do Edital, do Termo de Referência, da Ata de Registro de Preços e da minuta contratual;

VII - declaração de enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, quando for o caso.

#### 9.8. Manutenção das condições de habilitação

9.8.1. A licitante vencedora deverá manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes, as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame.

9.8.2. A perda superveniente das condições de habilitação poderá ensejar notificação para regularização, suspensão de fornecimento, cancelamento do registro de preços, rescisão contratual ou aplicação das sanções cabíveis, conforme o caso concreto e assegurados o contraditório e a ampla defesa.

### 10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Cumprir todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital, na Ata de Registro de Preços, no contrato ou instrumento equivalente e nas ordens de fornecimento emitidas pela Administração Municipal.

10.2. Fornecer os produtos rigorosamente de acordo com as especificações, quantidades, marcas/modelos ofertados, prazos e locais estabelecidos pela Administração.

10.3. Entregar apenas produtos novos, de primeiro uso, compatíveis com a especificação exigida e livres de vícios, defeitos, avarias ou sinais de armazenamento inadequado.

10.4. Assumir todos os custos de frete, transporte, embalagem, carga, descarga, seguros, tributos, substituições e demais despesas necessárias ao fornecimento.





10.5. Substituir, sem ônus adicional para a Administração, os produtos recusados por inadequação, desconformidade, baixa qualidade, avaria, defeito, descumprimento de prazo ou divergência com a solicitação emitida.

10.6. Manter, durante toda a vigência da Ata e das contratações dela decorrentes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame.

10.7. Emitir nota fiscal correspondente aos produtos efetivamente entregues e aceitos, com discriminação dos itens, quantidades, valores unitários e totais, em conformidade com a ordem de fornecimento.

10.8. Não substituir marca, modelo, medida ou especificação sem prévia autorização formal da Administração.

10.9. Reparar eventuais danos causados à Administração ou a terceiros em razão de ação, omissão, culpa, dolo, defeito do produto ou execução inadequada do fornecimento.

10.10. Observar a legislação ambiental aplicável ao setor de pneumáticos, quando pertinente, especialmente quanto à cadeia de logística reversa.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

11.1. Proporcionar as condições necessárias para que a contratada execute regularmente o objeto.

11.2. Emitir as ordens de fornecimento ou instrumentos equivalentes necessários à execução do objeto, indicando os itens, quantidades, locais e prazos de entrega.

11.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento por meio de servidor designado para essa finalidade.

11.4. Receber, conferir, recusar ou atestar os produtos entregues, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital e na Ata de Registro de Preços.

11.5. Comunicar formalmente à contratada quaisquer irregularidades verificadas, solicitando as devidas correções, substituições ou complementações, quando necessárias.

11.6. Efetuar o pagamento pelos produtos efetivamente fornecidos e aceitos, conforme as condições estabelecidas no Edital, na Ata, no contrato ou instrumento equivalente e neste Termo de Referência.

## **12. DO PAGAMENTO**

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo do objeto e do atesto da nota fiscal pelo servidor competente, mediante ordem bancária em favor da contratada.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal no momento em que a Administração atestar a regular execução do objeto.

12.3. A nota fiscal deverá ser apresentada com a discriminação dos itens fornecidos, quantitativos, valores unitários e totais, devendo corresponder à ordem de fornecimento emitida pela Administração.



12.4. O pagamento ficará condicionado ao recebimento definitivo do objeto, ao atesto do servidor competente, à apresentação regular da nota fiscal e à manutenção das condições de habilitação exigíveis.

12.5. Havendo erro na apresentação da nota fiscal, divergência de quantitativos, ausência de documentação ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até a regularização da pendência, sem ônus para a Administração.

12.6. Não será efetuado pagamento de produtos recusados, devolvidos, substituídos ou entregues em desacordo com as especificações exigidas.

### **13. DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

13.1. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Administração Municipal, nos termos da legislação vigente.

13.2. A fiscalização terá por objetivo verificar o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital, na Ata de Registro de Preços, no contrato ou instrumento equivalente e nas ordens de fornecimento emitidas.

13.3. Compete ao fiscal acompanhar as solicitações e entregas realizadas, verificar quantidade, qualidade, prazo, marca/modelo ofertado, data de fabricação, certificação exigível, integridade dos produtos, registrar ocorrências, solicitar substituições, encaminhar o atesto para pagamento e comunicar eventuais descumprimentos passíveis de sanção.

13.4. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela execução do objeto, inclusive perante terceiros.

### **14. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DAS CONTRATAÇÕES**

14.1. A Ata de Registro de Preços resultante da licitação terá vigência de 12 (doze) meses, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, observadas as disposições legais aplicáveis.

14.2. Durante a vigência da Ata, a Administração poderá realizar contratações conforme a necessidade administrativa, mediante emissão das respectivas ordens de fornecimento, notas de empenho, autorizações de fornecimento, contratos administrativos ou instrumentos equivalentes.

14.3. O eventual contrato administrativo ou instrumento equivalente terá vigência compatível com o prazo necessário ao cumprimento das obrigações nele previstas, respeitada a vigência da Ata de Registro de Preços e as normas aplicáveis.

14.4. O Edital e a Ata de Registro de Preços poderão prever cadastro de reserva, com a inclusão, na forma da legislação aplicável e do regulamento municipal, dos licitantes que aceitarem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, observada a ordem de classificação.

14.4.1. Também poderão integrar o cadastro de reserva os licitantes que mantiverem sua proposta original, observada a ordem de classificação, para eventual convocação nas hipóteses de impossibilidade de atendimento pelo fornecedor melhor classificado, cancelamento do registro, rescisão, recusa de contratação ou outra hipótese admitida pela legislação.



14.4.2. A inclusão no cadastro de reserva não gera direito subjetivo à contratação, constituindo medida de conveniência administrativa destinada a preservar a continuidade do fornecimento, a eficiência do Sistema de Registro de Preços e a vantajosidade para a Administração.

14.4.3. A convocação de fornecedor integrante do cadastro de reserva observará a ordem de classificação, a compatibilidade dos preços, a manutenção das condições de habilitação e a aceitação das condições previstas no Edital, na Ata de Registro de Preços e na proposta registrada.

## **15. DA GARANTIA DOS PRODUTOS E DA GARANTIA CONTRATUAL**

15.1. Os produtos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo, sem prejuízo da garantia legal e da garantia eventualmente superior ofertada pelo fabricante, prevalecendo a mais vantajosa para a Administração.

15.2. Verificado vício, defeito de fabricação, falha prematura, inadequação do produto ou incompatibilidade com a especificação contratada, a contratada deverá substituir o item, às suas expensas, no prazo fixado pela Administração.

15.3. A garantia abrange, no mínimo, defeitos de fabricação, falhas estruturais, desagregação, soltura, deformação anormal, rompimento prematuro e demais vícios que comprometam segurança, desempenho ou durabilidade.

15.4. Considerando a natureza comum do objeto, o fornecimento parcelado, o pagamento condicionado ao recebimento definitivo e ao atesto, bem como a existência de sanções administrativas suficientes para resguardar a Administração, não se recomenda a exigência de garantia contratual específica para a presente contratação, sem prejuízo da garantia dos produtos.

## **16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

16.1. Por se tratar de licitação processada pelo Sistema de Registro de Preços, as despesas decorrentes das futuras contratações correrão por conta das dotações orçamentárias próprias das Secretarias demandantes, a serem indicadas no momento da formalização de cada contratação decorrente da Ata, conforme a unidade requisitante, a natureza da despesa e a disponibilidade orçamentária correspondente.

16.2. Como referência, considerando a natureza de material de consumo, poderão ser utilizadas dotações das Secretarias demandantes responsáveis pela frota municipal, observadas as classificações orçamentárias vigentes e a autorização do setor contábil competente.

16.3. A indicação orçamentária definitiva deverá constar da nota de empenho, contrato ou instrumento equivalente que formalizar a contratação específica.

## **17. DAS PENALIDADES**

17.1. O descumprimento das obrigações assumidas pela licitante, detentora da Ata ou contratada poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

17.2. Constituem infrações administrativas, sem prejuízo de outras previstas em lei: deixar de entregar documentação exigida; recusar-se injustificadamente a assinar a Ata, contrato ou





instrumento equivalente; ensejar atraso injustificado; dar causa à inexecução parcial ou total; entregar produtos em desacordo com as especificações; apresentar declaração ou documentação falsa; fraudar a licitação ou a execução; comportar-se de modo inidôneo; praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação; ou praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

17.3. Pela prática das infrações administrativas, poderão ser aplicadas as sanções de advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, observadas a natureza e a gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos causados à Administração.

17.4. A multa poderá ser aplicada isoladamente ou cumulativamente com as demais sanções, observados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, conforme critérios definidos no Edital e no instrumento contratual.

17.5. A aplicação das sanções dependerá de prévio processo administrativo, com observância do contraditório e da ampla defesa, não excluindo o dever de reparação integral dos prejuízos causados à Administração.

## **18. DO CANCELAMENTO, EXTINÇÃO E ALTERAÇÃO**

18.1. A Ata de Registro de Preços, o contrato ou instrumento equivalente poderão ser extintos, cancelados ou alterados nas hipóteses previstas na legislação aplicável, no Edital, na Ata e nos instrumentos decorrentes, assegurados o contraditório e a ampla defesa quando cabíveis.

18.2. Constituem motivos para extinção ou cancelamento, entre outros: o não cumprimento ou cumprimento irregular das obrigações assumidas; a paralisação injustificada do fornecimento; a perda das condições de habilitação; a ocorrência de falhas reiteradas; a prática de infrações administrativas graves; a recusa injustificada em reduzir preços aos praticados no mercado; ou a superveniência de interesse público devidamente justificado.

18.3. Eventuais alterações contratuais observarão as disposições da Lei nº 14.133/2021, mediante termo aditivo ou apostilamento, conforme a natureza da alteração.

## **19. DOS IMPACTOS AMBIENTAIS E LOGÍSTICA REVERSA**

19.1. A contratação envolve produtos sujeitos a cuidados ambientais próprios do setor de pneumáticos, especialmente quanto à destinação ambientalmente adequada de pneus inservíveis e resíduos correlatos, quando pertinente.

19.2. A contratada deverá observar a legislação ambiental aplicável ao setor, sem prejuízo das responsabilidades próprias da Administração quanto ao gerenciamento de bens já utilizados em sua frota.

19.3. Sempre que aplicável e compatível com o objeto contratado, a Administração poderá solicitar informações sobre procedência, práticas ambientais, destinação adequada e cumprimento das normas de logística reversa incidentes sobre a cadeia de pneus.

## **20. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

20.1. O presente processo licitatório será regido pela Lei nº 14.133/2021, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelas normas aplicáveis ao Pregão Eletrônico e ao Sistema de

Registro de Preços, bem como pelas demais disposições pertinentes às contratações públicas.

20.2. O Decreto Federal nº 11.462/2023 poderá ser utilizado como referência técnica e subsidiária para a disciplina do Sistema de Registro de Preços, quando compatível com a regulamentação municipal aplicável.

20.3. Aplicam-se subsidiariamente as normas de direito público e, no que couber, as disposições de direito privado.

20.4. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração Municipal, observando-se a legislação vigente e os princípios que regem a Administração Pública.

## **21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

21.1. A participação no certame implica aceitação integral e irretroatável das condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital e em seus anexos.

21.2. A Administração Municipal poderá realizar diligências com a finalidade de esclarecer dúvidas, complementar informações e aperfeiçoar a instrução processual, vedada a alteração da substância da proposta ou da documentação em prejuízo da isonomia.

21.3. O registro de preços não gera direito à contratação automática, ficando a efetiva aquisição condicionada à necessidade administrativa, à disponibilidade orçamentária e à emissão do instrumento de solicitação correspondente.

21.4. Em caso de divergência entre as disposições deste Termo de Referência, do Estudo Técnico Preliminar e do Edital, as peças deverão ser harmonizadas antes da publicação, de modo a evitar conflito entre objeto, critério de julgamento, habilitação, entrega, pagamento, vigência, sanções, cadastro de reserva, controle de preços unitários e demais condições da contratação.

Nova Viçosa/BA, 27 de abril de 2026.

**JOSÉ ANTÔNIO DE ALMEIDA GOUVEIA**  
Setor de Administração

**ROMILDO DE SOUSA MACHADO**  
Secretário Municipal de Administração



CATEGORIA DA FROTA		QUANTIDADE			
Veículos leves		47			
Veículos médios		14			
Veículos pesados		28			
Máquinas pesadas		7			
Total de unidades operacionais		96			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	PNEU 175/70R13, NOVO, SEM CÂMARA, APLICAÇÃO VEÍCULO LEVE	UNID	80	R\$ 430,96	R\$ 34.476,80
2	PNEU 215/65R16, NOVO, SEM CÂMARA, APLICAÇÃO VEÍCULO LEVE/MÉDIO	UNID	60	R\$ 1.060,01	R\$ 63.600,60
3	PNEU 215/75R17.5, NOVO, SEM CÂMARA, TIPO DIRECIONAL/LIVRE	UNID	50	R\$ 1.350,00	R\$ 67.500,00
4	PNEU 215/75R17.5, NOVO, SEM CÂMARA, TIPO TRAÇÃO/BORRACHUDO	UNID	40	R\$ 1.473,67	R\$ 58.946,80
5	PNEU 175/70R14, NOVO, SEM CÂMARA, APLICAÇÃO VEÍCULO LEVE	UNID	30	R\$ 522,33	R\$ 15.669,90
6	PNEU 265/70R16, NOVO, SEM CÂMARA, APLICAÇÃO CAMINHONETE/UTILITÁRIO	UNID	40	R\$ 1.130,94	R\$ 45.237,60
7	PNEU 185/65R14, NOVO, SEM CÂMARA, APLICAÇÃO VEÍCULO LEVE	UNID	36	R\$ 563,64	R\$ 20.291,04
8	PNEU 185/60R15, NOVO, SEM CÂMARA, APLICAÇÃO VEÍCULO LEVE	UNID	40	R\$ 519,60	R\$ 20.784,00
9	PNEU 235/75R17.5, NOVO, SEM CÂMARA, TIPO DIRECIONAL/LIVRE	UNID	42	R\$ 1.463,00	R\$ 61.446,00
10	PNEU 225/65R16, NOVO, SEM CÂMARA, APLICAÇÃO VEÍCULO LEVE/MÉDIO/UTILITÁRIO	UNID	24	R\$ 1.160,00	R\$ 27.840,00
11	PNEU 205/75R16, NOVO, SEM CÂMARA, APLICAÇÃO VEÍCULO MÉDIO/UTILITÁRIO	UNID	12	R\$ 1.043,58	R\$ 12.522,96
12	PNEU 265/60R18, NOVO, SEM CÂMARA, APLICAÇÃO CAMINHONETE/UTILITÁRIO	UNID	24	R\$ 1.111,91	R\$ 26.685,84
13	PNEU 9.00-20, NOVO, COM CÂMARA, TIPO DIRECIONAL/LIVRE	UNID	30	R\$ 1.726,51	R\$ 51.795,30
14	PNEU 9.00-20, NOVO, COM CÂMARA, TIPO TRAÇÃO/BORRACHUDO	UNID	20	R\$ 1.999,00	R\$ 39.980,00
15	PNEU 275/80R22.5, NOVO, SEM CÂMARA, TIPO DIRECIONAL/LIVRE	UNID	28	R\$ 2.470,40	R\$ 69.171,20
16	PNEU 275/80R22.5, NOVO, SEM CÂMARA, TIPO TRAÇÃO/BORRACHUDO	UNID	20	R\$ 3.156,00	R\$ 63.120,00
17	PNEU 7.50-16, NOVO, COM CÂMARA, TIPO DIRECIONAL/LIVRE	UNID	28	R\$ 1.123,33	R\$ 31.453,24
18	PNEU 7.50-16, NOVO, COM CÂMARA, TIPO TRAÇÃO/BORRACHUDO	UNID	20	R\$ 1.190,63	R\$ 23.812,60
19	PNEU 14.00-24, NOVO, SEM CÂMARA, APLICAÇÃO MÁQUINA PESADA/EQUIPAMENTO OPERACIONAL	UNID	18	R\$ 5.523,91	R\$ 99.430,38
20	PNEU 12.5/80-18, NOVO, COM CÂMARA, APLICAÇÃO MÁQUINA PESADA/EQUIPAMENTO OPERACIONAL	UNID	18	R\$ 3.485,02	R\$ 62.730,36
21	PNEU 16.9-24, NOVO, COM CÂMARA, APLICAÇÃO MÁQUINA PESADA/EQUIPAMENTO OPERACIONAL	UNID	8	R\$ 3.485,67	R\$ 27.885,36





22	PNEU 10.00-20, NOVO, COM CÂMARA, TIPO DIRECIONAL/LIVRE	UNID	18	R\$ 1.873,33	R\$ 33.719,94
23	PNEU 10.00-20, NOVO, COM CÂMARA, TIPO TRAÇÃO/BORRACHUDO	UNID	10	R\$ 2.082,75	R\$ 20.827,50
24	CÂMARA DE AR 10.00-20, NOVA, COMPATÍVEL COM PNEU E ARO CORRESPONDENTE	UNID	30	R\$ 235,98	R\$ 7.079,40
25	PROTETOR ARO 20, NOVO, COMPATÍVEL COM PNEU/CÂMARA ARO 20	UNID	70	R\$ 134,00	R\$ 9.380,00
26	PNEU 120/80-18 M/C, NOVO, TRASEIRO, APLICAÇÃO MOTOCICLETA	UNID	4	R\$ 471,53	R\$ 1.886,12
27	PNEU 80/90-21 M/C, NOVO, DIANTEIRO, APLICAÇÃO MOTOCICLETA	UNID	4	R\$ 635,09	R\$ 2.540,36
28	CÂMARA DE AR 7.50-16, NOVA, COMPATÍVEL COM PNEU E ARO CORRESPONDENTE	UNID	28	R\$ 125,43	R\$ 3.512,04
29	PROTETOR ARO 16, NOVO, COMPATÍVEL COM PNEU/CÂMARA ARO 16	UNID	28	R\$ 114,67	R\$ 3.210,76
30	CÂMARA DE AR 9.00-20, NOVA, COMPATÍVEL COM PNEU E ARO CORRESPONDENTE	UNID	40	R\$ 208,67	R\$ 8.346,80
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE					R\$ 1.014.882,90





## ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA READEQUADA

À PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VIÇOSA/BA

Ref.: Pregão Eletrônico SRP nº PE 004/2026

Processo Administrativo nº [preencher]/2026

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de pneus novos, câmaras de ar, protetores e acessórios correlatos, destinados ao atendimento da frota do Município de Nova Viçosa/BA.

### 1. IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE

Razão social: \_\_\_\_\_

Nome fantasia: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_ Inscrição estadual: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cidade/UF: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_

Representante legal: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

### 2. PLANILHA READEQUADA DO LOTE ÚNICO

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO/REFERÊNCIA	UNID.	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	PNEU 175/70R13, NOVO, SEM CÂMARA, APLICAÇÃO VEÍCULO LEVE	[preencher]	[preencher]	UNID	80	[preencher]	[preencher]
2	PNEU 215/65R16, NOVO, SEM CÂMARA, APLICAÇÃO VEÍCULO LEVE/MÉDIO	[preencher]	[preencher]	UNID	60	[preencher]	[preencher]
3	PNEU 215/75R17.5, NOVO, SEM CÂMARA, TIPO DIRECIONAL/LIVRE	[preencher]	[preencher]	UNID	50	[preencher]	[preencher]
4	PNEU 215/75R17.5, NOVO, SEM CÂMARA, TIPO TRAÇÃO/BORRACHUDO	[preencher]	[preencher]	UNID	40	[preencher]	[preencher]
5	PNEU 175/70R14, NOVO, SEM CÂMARA, APLICAÇÃO VEÍCULO LEVE	[preencher]	[preencher]	UNID	30	[preencher]	[preencher]
6	PNEU 265/70R16, NOVO, SEM CÂMARA, APLICAÇÃO CAMINHONETE/UTILITÁRIO	[preencher]	[preencher]	UNID	40	[preencher]	[preencher]
7	PNEU 185/65R14, NOVO, SEM CÂMARA, APLICAÇÃO VEÍCULO LEVE	[preencher]	[preencher]	UNID	36	[preencher]	[preencher]
8	PNEU 185/60R15, NOVO, SEM CÂMARA, APLICAÇÃO VEÍCULO LEVE	[preencher]	[preencher]	UNID	40	[preencher]	[preencher]



9	PNEU 235/75R17.5, NOVO, SEM CÂMARA, TIPO DIRECIONAL/LIVRE	[preencher ]	[preencher]	UNID	42	[preencher ]	[preencher ]
10	PNEU 225/65R16, NOVO, SEM CÂMARA, APLICAÇÃO VEÍCULO LEVE/MÉDIO/UTILITÁRIO	[preencher ]	[preencher]	UNID	24	[preencher ]	[preencher ]
11	PNEU 205/75R16, NOVO, SEM CÂMARA, APLICAÇÃO VEÍCULO MÉDIO/UTILITÁRIO	[preencher ]	[preencher]	UNID	12	[preencher ]	[preencher ]
12	PNEU 265/60R18, NOVO, SEM CÂMARA, APLICAÇÃO CAMINHONETE/UTILITÁRIO	[preencher ]	[preencher]	UNID	24	[preencher ]	[preencher ]
13	PNEU 9.00-20, NOVO, COM CÂMARA, TIPO DIRECIONAL/LIVRE	[preencher ]	[preencher]	UNID	30	[preencher ]	[preencher ]
14	PNEU 9.00-20, NOVO, COM CÂMARA, TIPO TRAÇÃO/BORRACHUDO	[preencher ]	[preencher]	UNID	20	[preencher ]	[preencher ]
15	PNEU 275/80R22.5, NOVO, SEM CÂMARA, TIPO DIRECIONAL/LIVRE	[preencher ]	[preencher]	UNID	28	[preencher ]	[preencher ]
16	PNEU 275/80R22.5, NOVO, SEM CÂMARA, TIPO TRAÇÃO/BORRACHUDO	[preencher ]	[preencher]	UNID	20	[preencher ]	[preencher ]
17	PNEU 7.50-16, NOVO, COM CÂMARA, TIPO DIRECIONAL/LIVRE	[preencher ]	[preencher]	UNID	28	[preencher ]	[preencher ]
18	PNEU 7.50-16, NOVO, COM CÂMARA, TIPO TRAÇÃO/BORRACHUDO	[preencher ]	[preencher]	UNID	20	[preencher ]	[preencher ]
19	PNEU 14.00-24, NOVO, SEM CÂMARA, APLICAÇÃO MÁQUINA PESADA/EQUIPAMENTO OPERACIONAL	[preencher ]	[preencher]	UNID	18	[preencher ]	[preencher ]
20	PNEU 12.5/80-18, NOVO, COM CÂMARA, APLICAÇÃO MÁQUINA PESADA/EQUIPAMENTO OPERACIONAL	[preencher ]	[preencher]	UNID	18	[preencher ]	[preencher ]
21	PNEU 16.9-24, NOVO, COM CÂMARA, APLICAÇÃO MÁQUINA PESADA/EQUIPAMENTO OPERACIONAL	[preencher ]	[preencher]	UNID	8	[preencher ]	[preencher ]
22	PNEU 10.00-20, NOVO, COM CÂMARA, TIPO DIRECIONAL/LIVRE	[preencher ]	[preencher]	UNID	18	[preencher ]	[preencher ]
23	PNEU 10.00-20, NOVO, COM CÂMARA, TIPO TRAÇÃO/BORRACHUDO	[preencher ]	[preencher]	UNID	10	[preencher ]	[preencher ]
24	CÂMARA DE AR 10.00-20, NOVA, COMPATÍVEL COM PNEU E ARO CORRESPONDENTE	[preencher ]	[preencher]	UNID	30	[preencher ]	[preencher ]
25	PROTETOR ARO 20, NOVO, COMPATÍVEL COM PNEU/CÂMARA ARO 20	[preencher ]	[preencher]	UNID	70	[preencher ]	[preencher ]
26	PNEU 120/80-18 M/C, NOVO, TRASEIRO, APLICAÇÃO MOTOCICLETA	[preencher ]	[preencher]	UNID	4	[preencher ]	[preencher ]
27	PNEU 80/90-21 M/C, NOVO, DIANTEIRO, APLICAÇÃO MOTOCICLETA	[preencher ]	[preencher]	UNID	4	[preencher ]	[preencher ]
28	CÂMARA DE AR 7.50-16, NOVA, COMPATÍVEL COM	[preencher ]	[preencher]	UNID	28	[preencher ]	[preencher ]





	PNEU E ARO CORRESPONDENTE						
29	PROTETOR ARO 16, NOVO, COMPATÍVEL COM PNEU/CÂMARA ARO 16	[preencher ]	[preencher]	UNID	28	[preencher ]	[preencher ]
30	CÂMARA DE AR 9.00-20, NOVA, COMPATÍVEL COM PNEU E ARO CORRESPONDENTE	[preencher ]	[preencher]	UNID	40	[preencher ]	[preencher ]

**VALOR TOTAL GLOBAL DO LOTE: R\$** \_\_\_\_\_

**VALOR TOTAL POR EXTENSO:** \_\_\_\_\_

3.1. Validade da proposta: \_\_\_\_ (mínimo de 60 dias).

3.2. Prazo de entrega: conforme edital.

3.3. Local de entrega: conforme Autorização de Fornecimento.

3.4. Garantia dos produtos: conforme edital, prevalecendo a mais vantajosa para a Administração.

3.5. Declaramos que os produtos ofertados atendem integralmente às especificações do edital e do Termo de Referência.

3.6. Declaramos que os pneus ofertados são novos, de primeiro uso, não recondicionados, não remanufaturados, não recapados, não recauchutados e não remoldados.

3.7. Declaramos que os preços incluem todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto, inclusive tributos, frete, seguro, carga, descarga, embalagem, garantia, substituições e demais despesas inerentes ao fornecimento.

\_\_\_\_\_  
**Representante legal**

Nome/CPF



**ANEXO III – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME/EPP**

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº PE 004/2026**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº [preencher]/2026

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, DECLARA, para os devidos fins, que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da legislação vigente, e que não incorre em nenhuma das vedações legais ao usufruto do tratamento favorecido.

Nova Viçosa/BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

**Representante legal**

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

**ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº PE 004/2026**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº [preencher]/2026

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, DECLARA, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos à sua habilitação e contratação com a Administração Pública, obrigando-se a comunicar superveniências posteriores.

Nova Viçosa/BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

**Representante legal**

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_





**ANEXO V – DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGO DE MENOR**

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº PE 004/2026**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº [preencher]/2026

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, DECLARA que não emprega menor em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

Nova Viçosa/BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

**Representante legal**

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_



**ANEXO VI – DECLARAÇÃO SOBRE RESERVA DE CARGOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº PE 004/2026**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº [preencher]/2026

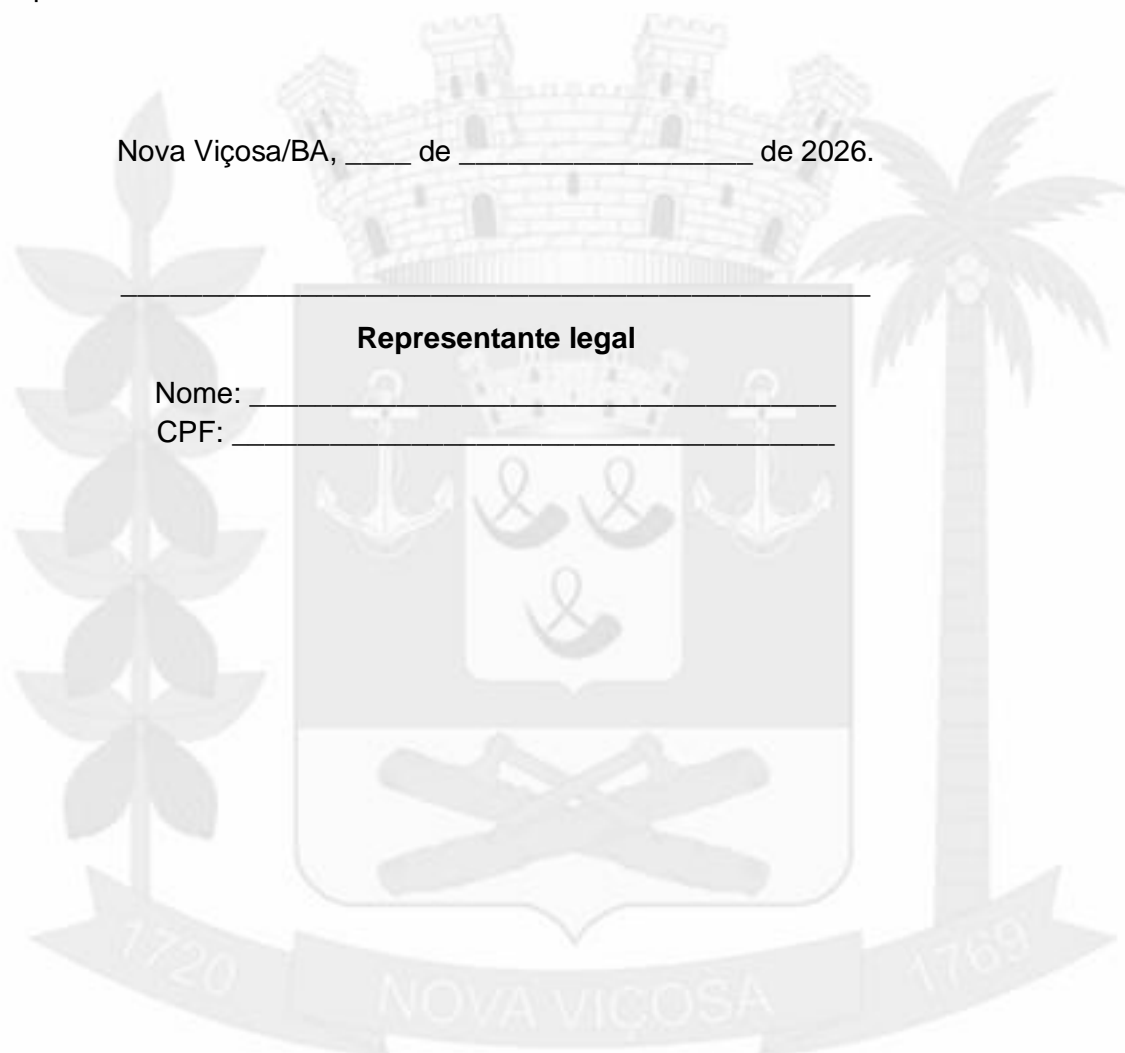
A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, DECLARA que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, quando aplicáveis ao seu enquadramento.

Nova Viçosa/BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

**Representante legal**

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_





**ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE INTEGRALIDADE DA PROPOSTA**

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº PE 004/2026**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº [preencher]/2026

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, DECLARA que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos necessários ao cumprimento do objeto, inclusive tributos, frete, transporte, garantia, substituições, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais despesas incidentes.

Nova Viçosa/BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

**Representante legal**

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_





**ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA**

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº PE 004/2026**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº [preencher]/2026

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, DECLARA que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e em seus anexos, que tomou conhecimento de todas as informações necessárias ao cumprimento das obrigações e que atende às especificações técnicas exigidas para o objeto da licitação.

Nova Viçosa/BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

**Representante legal**

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_



**ANEXO IX – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº [PREENCHER]/2026**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº PE 004/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº [PREENCHER]/2026**

**PREÂMBULO**

O MUNICÍPIO DE NOVA VIÇOSA/BA, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VIÇOSA/BA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede em [PREENCHER], inscrito no CNPJ sob o nº [PREENCHER], neste ato representado por [AUTORIDADE COMPETENTE], doravante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, considerando o resultado do Pregão Eletrônico SRP nº PE 004/2026, Processo Administrativo nº [PREENCHER]/2026, devidamente homologado em [PREENCHER], resolve registrar os preços do fornecedor abaixo identificado, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente arts. 82 a 86, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 1618/2024 e, subsidiariamente, no que couber, do Decreto Federal nº 11.462/2023, bem como do edital, do Termo de Referência, da proposta vencedora e das cláusulas seguintes.

**FORNECEDOR REGISTRADO**

Razão social: [PREENCHER]

CNPJ: [PREENCHER]

Endereço: [PREENCHER]

Representante legal: [PREENCHER]

CPF: [PREENCHER]

E-mail: [PREENCHER]

Telefone: [PREENCHER]

Valor global registrado: R\$ [PREENCHER] ([PREENCHER por extenso])

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de pneus novos, câmaras de ar, protetores e acessórios correlatos, destinados à manutenção da frota de veículos, máquinas e equipamentos do Município de Nova Viçosa/BA, conforme condições, especificações, quantitativos estimados e preços registrados constantes desta Ata, do edital, do Termo de Referência e da proposta vencedora.

1.2. O objeto registrado corresponde ao lote único do Pregão Eletrônico SRP nº PE 004/2026, adotado mediante justificativa técnica constante do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência, sem prejuízo do controle individual dos preços unitários, da compatibilidade técnica de cada item e da vantajosidade para a Administração.

1.3. A presente Ata não obriga a Administração à contratação integral dos quantitativos registrados, constituindo instrumento de planejamento e de formalização de preços para futuras contratações, que ocorrerão conforme necessidade administrativa, disponibilidade orçamentária e emissão do instrumento próprio.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE E VIGÊNCIA DA ATA**

2.1. A presente Ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.



2.2. A Ata poderá ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado que os preços registrados permanecem vantajosos para a Administração, observadas a legislação aplicável, o Decreto Municipal nº 1618/2024, o edital e a instrução formal do processo.

2.3. A prorrogação deverá ser formalizada antes do término da vigência da Ata, mediante manifestação da Administração quanto à vantajosidade, disponibilidade do fornecedor e interesse público, vedado o acréscimo automático de quantitativos além daqueles originalmente registrados, salvo hipótese expressamente admitida pela legislação e devidamente justificada.

2.4. As contratações decorrentes desta Ata terão vigência própria, compatível com o prazo necessário ao cumprimento das obrigações, observadas as regras do edital, do Termo de Referência e da Lei nº 14.133/2021.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS REGISTRADOS**

3.1. Ficam registrados os preços do fornecedor signatário para o lote único, conforme proposta readequada vencedora e planilha final aprovada pela Administração.

3.2. Os preços unitários registrados constituem limites máximos para as futuras contratações decorrentes desta Ata, sendo vedado o sobrepreço isolado, o jogo de planilha, a majoração posterior de item e o deslocamento artificial de valores entre os itens.

3.3. O valor global estimado da contratação, utilizado como referência na fase preparatória, corresponde a R\$ 1.014.882,90 (um milhão, quatorze mil, oitocentos e oitenta e dois reais e noventa centavos), sem obrigação de aquisição integral pela Administração.

3.4. A planilha de preços registrados deverá refletir os valores finais adjudicados e homologados, com indicação de marca, modelo/referência, unidade, quantidade estimada, valor unitário e valor total de cada item.

3.4.1. As descrições constantes da tabela desta Ata possuem caráter resumido e devem ser interpretadas em conjunto com as especificações completas do edital, do Termo de Referência e da proposta vencedora, prevalecendo sempre a exigência de produto novo, compatível com a frota, com certificação INMETRO quando exigível e vedação a produtos reformados, usados ou similares.

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	UNID.	QTD.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	PNEU 175/70R13, NOVO, SEM CÂMARA, PARA VEÍCULO LEVE.	UNID	80	430,96	34.476,80
2	PNEU 215/65R16, NOVO, SEM CÂMARA, PARA VEÍCULO LEVE/MÉDIO.	UNID	60	1.060,01	63.600,60
3	PNEU 215/75R17.5, NOVO, SEM CÂMARA, TIPO DIRECIONAL/LIVRE.	UNID	50	1.350,00	67.500,00
4	PNEU 215/75R17.5, NOVO, SEM CÂMARA, TIPO TRAÇÃO/BORRACHUDO.	UNID	40	1.473,67	58.946,80
5	PNEU 175/70R14, NOVO, SEM CÂMARA, PARA VEÍCULO LEVE.	UNID	30	522,33	15.669,90
6	PNEU 265/70R16, NOVO, SEM CÂMARA, PARA CAMINHONETE/UTILITÁRIO.	UNID	40	1.130,94	45.237,60
7	PNEU 185/65R14, NOVO, SEM CÂMARA, PARA VEÍCULO LEVE.	UNID	36	563,64	20.291,04
8	PNEU 185/60R15, NOVO, SEM CÂMARA, PARA VEÍCULO LEVE.	UNID	40	519,60	20.784,00
9	PNEU 235/75R17.5, NOVO, SEM CÂMARA, TIPO DIRECIONAL/LIVRE.	UNID	42	1.463,00	61.446,00
10	PNEU 225/65R16, NOVO, SEM CÂMARA, PARA VEÍCULO LEVE/MÉDIO/UTILITÁRIO.	UNID	24	1.160,00	27.840,00
11	PNEU 205/75R16, NOVO, SEM CÂMARA, PARA VEÍCULO MÉDIO/UTILITÁRIO.	UNID	12	1.043,58	12.522,96
12	PNEU 265/60R18, NOVO, SEM CÂMARA, PARA CAMINHONETE/UTILITÁRIO.	UNID	24	1.111,91	26.685,84





ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	UNID.	QTD.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
13	PNEU 9.00-20, NOVO, COM CÂMARA, TIPO DIRECIONAL/LIVRE.	UNID	30	1.726,51	51.795,30
14	PNEU 9.00-20, NOVO, COM CÂMARA, TIPO TRAÇÃO/BORRACHUDO.	UNID	20	1.999,00	39.980,00
15	PNEU 275/80R22.5, NOVO, SEM CÂMARA, TIPO DIRECIONAL/LIVRE.	UNID	28	2.470,40	69.171,20
16	PNEU 275/80R22.5, NOVO, SEM CÂMARA, TIPO TRAÇÃO/BORRACHUDO.	UNID	20	3.156,00	63.120,00
17	PNEU 7.50-16, NOVO, COM CÂMARA, TIPO DIRECIONAL/LIVRE.	UNID	28	1.123,33	31.453,24
18	PNEU 7.50-16, NOVO, COM CÂMARA, TIPO TRAÇÃO/BORRACHUDO.	UNID	20	1.190,63	23.812,60
19	PNEU 14.00-24, NOVO, SEM CÂMARA, PARA MÁQUINA PESADA/EQUIPAMENTO.	UNID	18	5.523,91	99.430,38
20	PNEU 12.5/80-18, NOVO, COM CÂMARA, PARA MÁQUINA PESADA/EQUIPAMENTO.	UNID	18	3.485,02	62.730,36
21	PNEU 16.9-24, NOVO, COM CÂMARA, PARA MÁQUINA PESADA/EQUIPAMENTO.	UNID	8	3.485,67	27.885,36
22	PNEU 10.00-20, NOVO, COM CÂMARA, TIPO DIRECIONAL/LIVRE.	UNID	18	1.873,33	33.719,94
23	PNEU 10.00-20, NOVO, COM CÂMARA, TIPO TRAÇÃO/BORRACHUDO.	UNID	10	2.082,75	20.827,50
24	CÂMARA DE AR 10.00-20, NOVA, COMPATÍVEL COM PNEU E ARO.	UNID	30	235,98	7.079,40
25	PROTETOR ARO 20, NOVO, COMPATÍVEL COM PNEU/CÂMARA ARO 20.	UNID	70	134,00	9.380,00
26	PNEU 120/80-18 M/C, NOVO, TRASEIRO, PARA MOTOCICLETA.	UNID	4	471,53	1.886,12
27	PNEU 80/90-21 M/C, NOVO, DIANTEIRO, PARA MOTOCICLETA.	UNID	4	635,09	2.540,36
28	CÂMARA DE AR 7.50-16, NOVA, COMPATÍVEL COM PNEU E ARO.	UNID	28	125,43	3.512,04
29	PROTETOR ARO 16, NOVO, COMPATÍVEL COM PNEU/CÂMARA ARO 16.	UNID	28	114,67	3.210,76
30	CÂMARA DE AR 9.00-20, NOVA, COMPATÍVEL COM PNEU E ARO.	UNID	40	208,67	8.346,80
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE ÚNICO</b>					<b>1.014.882,90</b>

3.5. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante os 12 (doze) primeiros meses, contados da data do orçamento estimado da licitação, ressalvadas as hipóteses legais de revisão para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

3.6. Após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, o reajuste poderá ser solicitado pelo fornecedor, mediante requerimento formal e decisão expressa da Administração, com aplicação do IPCA/IBGE, exclusivamente em relação às obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, observadas as regras do edital e do Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA, DO CADASTRO DE RESERVA E DA ADESÃO**

4.1. A Ata será utilizada pelo Órgão Gerenciador e pelas unidades demandantes da estrutura municipal indicadas no edital e no Termo de Referência, nos limites do objeto registrado, dos quantitativos estimados e das necessidades efetivamente demonstradas.

4.2. Não será admitida adesão à presente Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes, em razão de opção administrativa expressa destinada a preservar os quantitativos estimados para atendimento das necessidades do Município de Nova Viçosa/BA.

4.3. Após a homologação, poderão integrar cadastro de reserva, se houver previsão no edital e aceitação formal, os licitantes que aceitarem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, observada a ordem de classificação.

4.4. Também poderão compor o cadastro de reserva os licitantes que mantiverem sua proposta original, observada a ordem de classificação, para eventual convocação em caso



de impossibilidade de atendimento pelo fornecedor registrado, cancelamento do registro, rescisão, recusa de contratação ou outra hipótese admitida pela legislação.

4.5. A inclusão em cadastro de reserva não gera direito subjetivo à contratação, constituindo medida de conveniência administrativa destinada a preservar a continuidade do fornecimento, a eficiência do Sistema de Registro de Preços e a vantajosidade para a Administração.

4.6. A convocação de fornecedor integrante do cadastro de reserva observará a ordem de classificação, a compatibilidade dos preços, a manutenção das condições de habilitação e a aceitação das condições previstas no edital, nesta Ata e na proposta registrada.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DO PEDIDO DE FORNECIMENTO E DA FORMALIZAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES**

5.1. As contratações decorrentes desta Ata serão formalizadas conforme a necessidade administrativa, mediante Autorização de Fornecimento, Ordem de Fornecimento, nota de empenho, contrato administrativo ou outro instrumento equivalente admitido pela Lei nº 14.133/2021.

5.2. Cada solicitação indicará, no mínimo, os itens demandados, quantitativos, local de entrega, prazo, unidade requisitante, dotação orçamentária aplicável, quando necessária, e demais instruções operacionais compatíveis com o objeto.

5.3. O prazo máximo de entrega será de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, salvo prazo diverso expressamente pactuado e justificado pela Administração em razão da complexidade, quantidade solicitada ou necessidade do serviço.

5.4. A quantidade mínima por solicitação poderá corresponder a 1 (uma) unidade do item efetivamente demandado, conforme necessidade concreta da Administração.

5.5. Não será admitida entrega parcial dos itens requisitados sem autorização prévia e expressa da Administração.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO**

6.1. Fornecer os produtos em estrita conformidade com esta Ata, o edital, o Termo de Referência, a proposta vencedora e as solicitações emitidas pela Administração.

6.2. Entregar apenas produtos novos, de primeiro uso, compatíveis com as especificações exigidas, vedado o fornecimento de pneus remoldados, recapados, recauchutados, reconicionados, remanufaturados, reformados, usados ou similares.

6.3. Manter, durante toda a vigência da Ata e das contratações dela decorrentes, as condições de habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira exigidas no certame.

6.4. Assumir integral responsabilidade por frete, transporte, embalagem, carga, descarga, seguros, tributos, substituições, garantia e demais despesas necessárias ao fornecimento.

6.5. Substituir, sem ônus adicional para a Administração, os produtos recusados, defeituosos, avariados, incompatíveis ou entregues em desacordo com as especificações, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contado da notificação, salvo prazo menor fixado pela Administração em razão da urgência da demanda.



6.6. Não substituir marca, modelo, medida, especificação ou característica essencial sem prévia autorização formal da Administração, hipótese em que somente será aceita solução de qualidade igual ou superior, sem acréscimo de preço.

6.7. Apresentar, quando solicitado, catálogos, fichas técnicas, certificações, declaração do fabricante ou documentos equivalentes que comprovem a compatibilidade dos produtos ofertados.

6.8. Reparar eventuais danos causados à Administração ou a terceiros em razão de ação, omissão, culpa, dolo, defeito do produto ou execução inadequada do fornecimento.

6.9. Observar a legislação ambiental aplicável ao setor de pneumáticos, quando pertinente, especialmente quanto à cadeia de logística reversa e boas práticas de armazenamento, transporte e destinação de resíduos vinculados ao fornecimento.

6.10. Aceitar a fiscalização da Administração, prestando informações e documentos solicitados pelo fiscal, gestor da contratação, pregoeiro ou autoridade competente.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DAS UNIDADES DEMANDANTES**

7.1. Gerenciar a presente Ata, controlar seus quantitativos, acompanhar a vigência, promover as publicações obrigatórias e manter os registros administrativos necessários.

7.2. Emitir as Autorizações de Fornecimento, ordens de fornecimento, notas de empenho, contratos ou instrumentos equivalentes, indicando os itens, quantidades, locais e prazos de entrega.

7.3. Designar servidor responsável pela fiscalização e pelo recebimento dos produtos, competindo-lhe verificar quantidade, qualidade, prazo, marca/modelo ofertado, data de fabricação, certificação exigível, integridade dos produtos e demais condições previstas.

7.4. Receber provisória e definitivamente os produtos, recusando aqueles que estejam em desconformidade com o edital, o Termo de Referência, esta Ata ou a proposta vencedora.

7.5. Promover, quando necessário, negociação para redução dos preços registrados aos valores praticados no mercado, bem como analisar pedidos de revisão, reajuste ou cancelamento nos termos da legislação.

7.6. Aplicar as penalidades cabíveis, quando constatado descumprimento das obrigações, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

7.7. Efetuar o pagamento pelos produtos efetivamente entregues, aceitos e atestados, observadas as condições previstas nesta Ata, no edital, no Termo de Referência e na legislação aplicável.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo fiscal competente, após o recebimento definitivo do objeto.

8.2. A Nota Fiscal deverá conter a discriminação dos itens entregues, quantidades, preços unitários, preço total, marca/modelo quando aplicável e referência à Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente.





8.3. O pagamento ficará condicionado ao recebimento definitivo do objeto, ao atesto do fiscal competente, à apresentação regular da documentação fiscal, à manutenção das condições de habilitação exigíveis e à inexistência de pendências impeditivas.

8.4. Havendo erro na apresentação do documento fiscal, divergência de quantitativos, ausência de documentação ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até a regularização, sem ônus para a Administração.

8.5. Nenhum pagamento será efetuado por produto recusado, devolvido, substituído ou entregue em desacordo com as especificações exigidas.

8.6. Serão efetuadas as retenções tributárias, previdenciárias ou legais cabíveis, conforme legislação aplicável.

#### **CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE, DA REVISÃO E DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante os 12 (doze) primeiros meses, contados da data do orçamento estimado da licitação.

9.2. Após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado da licitação, os preços registrados poderão ser reajustados mediante requerimento formal do fornecedor e decisão expressa da Administração, com aplicação do IPCA/IBGE, exclusivamente em relação às obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.3. Não haverá reajuste automático, tampouco reequilíbrio presumido ou fundado em mera alegação genérica de aumento ordinário de custos.

9.4. Verificada a redução dos preços praticados no mercado, a Administração poderá convocar o fornecedor registrado para negociar a adequação dos valores, observado o interesse público e a vantajosidade da Ata.

9.5. A recusa injustificada do fornecedor em reduzir os preços aos valores praticados no mercado poderá ensejar o cancelamento do registro, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

10.1. A revisão extraordinária dos preços registrados poderá ser admitida para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, nas hipóteses legalmente previstas, quando demonstrada a ocorrência de fato superveniente, imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, com impacto direto e comprovado sobre os custos do objeto.

10.2. O pedido deverá ser formalizado pelo fornecedor, acompanhado de prova documental robusta, contemporânea e suficiente, incluindo demonstração analítica do impacto, notas fiscais de aquisição, planilhas comparativas, documentos de mercado e nexo causal entre o evento alegado e a alteração pretendida.

10.3. A Administração poderá solicitar documentos complementares, realizar diligências e comparar os preços registrados com os preços praticados no mercado antes de decidir o pedido.

10.4. A apresentação de pedido de revisão não autoriza a suspensão do fornecimento nem o descumprimento das obrigações assumidas, salvo decisão expressa e formal da Administração.



10.5. O eventual deferimento produzirá efeitos na forma definida pela Administração, vedada a aplicação retroativa automática sem previsão expressa e justificativa formal.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

11.1. O descumprimento das obrigações assumidas sujeitará o fornecedor registrado às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, no edital, no Termo de Referência e nesta Ata, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.2. Poderão ser aplicadas, conforme a natureza e a gravidade da infração: advertência; multa; impedimento de licitar e contratar; e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, sem prejuízo da reparação integral dos danos causados.

11.3. Constituem infrações, entre outras: recusar-se injustificadamente a assinar a Ata, contrato ou instrumento equivalente; não aceitar ou retirar Autorização de Fornecimento; atrasar injustificadamente a entrega; entregar produto em desacordo; fornecer produto usado, reformado ou incompatível; apresentar documentação falsa; fraudar a execução; comportar-se de modo inidôneo; ou praticar ato lesivo à Administração.

11.4. A multa moratória poderá ser fixada em 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15% (quinze por cento).

11.5. A multa compensatória poderá variar de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento), conforme a gravidade da infração, a extensão do dano, o grau de inadimplemento e as circunstâncias do caso concreto.

11.6. As multas poderão ser descontadas de créditos do fornecedor, cobradas administrativamente ou judicialmente, sem prejuízo da aplicação cumulativa de outras sanções quando cabível.

11.7. A aplicação das sanções dependerá de prévio processo administrativo, com observância do contraditório, da ampla defesa, da proporcionalidade e da motivação do ato decisório.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

12.1. O registro de preços poderá ser cancelado, assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando o fornecedor: descumprir as condições da Ata; não aceitar a Autorização de Fornecimento sem justificativa; deixar de manter as condições de habilitação; sofrer sanção impeditiva; não aceitar reduzir seus preços aos praticados no mercado; ou der causa a inexecução total ou parcial das obrigações assumidas.

12.2. O registro também poderá ser cancelado por razão de interesse público devidamente motivada, caso fortuito, força maior, fato superveniente que comprometa a execução ou pedido do fornecedor, desde que devidamente comprovado e aceito pela Administração.

12.3. O pedido de cancelamento formulado pelo fornecedor deverá ser apresentado por escrito, acompanhado de justificativa e documentos comprobatórios, não produzindo efeitos automáticos até decisão expressa da Administração.

12.4. O cancelamento do registro não afasta a apuração de responsabilidade por eventuais descumprimentos anteriores, nem prejudica a aplicação das sanções cabíveis e a reparação de danos.



12.5. Cancelado o registro, a Administração poderá convocar fornecedor integrante do cadastro de reserva, observada a ordem de classificação, a compatibilidade dos preços e a manutenção das condições de habilitação.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1. Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o edital do Pregão Eletrônico SRP nº PE 004/2026, o Termo de Referência, a proposta vencedora, a planilha final de preços registrados, os documentos de habilitação e os demais elementos constantes do processo administrativo.

13.2. Em caso de divergência entre documentos, deverá prevalecer a interpretação que melhor preserve a legalidade, a vinculação ao instrumento convocatório, a vantajosidade, a competitividade, a execução adequada do objeto e o interesse público, sem prejuízo da necessária harmonização formal dos instrumentos.

13.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de contratação específica ou outro procedimento legalmente admitido, desde que devidamente motivado.

13.4. É vedado o acréscimo dos quantitativos registrados na Ata, sem prejuízo das contratações decorrentes até o limite dos quantitativos originalmente registrados, observadas as normas aplicáveis.

13.5. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 1618/2024, no edital, no Termo de Referência, nas regras aplicáveis ao Sistema de Registro de Preços e nos princípios que regem a Administração Pública.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO**

14.1. Fica eleito o foro da Comarca de Nova Viçosa/BA para dirimir questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, ressalvadas as competências legais específicas e as prerrogativas da Fazenda Pública.

Nova Viçosa/BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
ÓRGÃO GERENCIADOR  
[Nome/cargo]

\_\_\_\_\_  
FORNECEDOR REGISTRADO  
[Nome/cargo]

### **TESTEMUNHAS:**

1. \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_





## **ANEXO X – MINUTA DE CONTRATO**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº [PREENCHER]/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº [PREENCHER]/2026

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº PE 004/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº [PREENCHER]/2026

O MUNICÍPIO DE NOVA VIÇOSA/BA, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VIÇOSA/BA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº [PREENCHER], com sede em [PREENCHER], neste ato representado por [PREENCHER], doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa [PREENCHER], inscrita no CNPJ sob o nº [PREENCHER], com sede em [PREENCHER], neste ato representada por [PREENCHER], doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Contrato Administrativo decorrente da Ata de Registro de Preços nº [PREENCHER]/2026, oriunda do Pregão Eletrônico SRP nº PE 004/2026, mediante as cláusulas e condições seguintes, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, na Lei Complementar nº 123/2006, no Decreto Municipal nº 1618/2024, no Decreto Federal nº 11.462/2023, no que couber, no Edital, no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e na proposta vencedora.

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. Constitui objeto do presente contrato o fornecimento parcelado de pneus novos, câmaras de ar, protetores e acessórios correlatos, destinados à manutenção da frota de veículos, máquinas e equipamentos do Município de Nova Viçosa/BA, conforme quantitativos, especificações, marcas/modelos aprovados, preços unitários registrados e condições estabelecidas na Autorização de Fornecimento, no Edital, no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e na proposta da contratada.

1.2. O fornecimento observará o lote único registrado na Ata de Registro de Preços, sem prejuízo da emissão de solicitações parceladas e da aquisição apenas dos itens efetivamente demandados pela Administração.

1.3. A contratação não inclui serviços de montagem, desmontagem, alinhamento, balanceamento, conserto, recapagem, recauchutagem, remoldagem ou manutenção mecânica, limitando-se ao fornecimento dos bens registrados.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

2.1. Vinculam-se ao presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão Eletrônico SRP nº PE 004/2026, o Termo de Referência, a Ata de Registro de Preços, a proposta vencedora, a proposta readequada, os documentos de habilitação e demais peças integrantes do processo administrativo.

2.2. A execução contratual será regida pela Lei nº 14.133/2021, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelo Decreto Municipal nº 1618/2024, pelas normas municipais aplicáveis, pelo Decreto Federal nº 11.462/2023, no que couber, e pelas condições constantes dos instrumentos vinculados.

2.3. Em caso de divergência entre os documentos, prevalecerá a interpretação que melhor preserve a legalidade, a vinculação ao instrumento convocatório, a vantajosidade da contratação, a segurança da Administração e a compatibilidade com o Termo de Referência.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE FORNECIMENTO E DA FORMALIZAÇÃO DAS DEMANDAS**

3.1. O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade efetiva da Administração, mediante emissão de Autorização de Fornecimento, Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho, contrato, termo equivalente ou outro instrumento hábil admitido pela legislação.



3.2. Cada solicitação deverá indicar, no mínimo, os itens demandados, quantidades, local de entrega, prazo, unidade requisitante e demais informações necessárias ao correto atendimento.

3.3. A existência deste contrato e da Ata de Registro de Preços não obriga a Administração à aquisição integral dos quantitativos estimados, ficando cada fornecimento condicionado à necessidade pública, à disponibilidade orçamentária e à emissão do instrumento próprio.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DOS QUANTITATIVOS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. O valor contratual corresponderá ao somatório dos itens efetivamente solicitados, fornecidos e aceitos pela Administração, observados os preços unitários registrados na Ata de Registro de Preços e reproduzidos na respectiva Autorização de Fornecimento, Nota de Empenho ou instrumento equivalente.

4.2. É vedada a cobrança de preço unitário superior ao registrado na Ata de Registro de Preços ou superior ao preço autorizado pela Administração no instrumento de solicitação.

4.3. Nos preços contratados estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao fornecimento, inclusive tributos, frete, transporte, embalagem, carga, descarga, seguro, garantia, substituições, despesas administrativas e demais encargos incidentes.

4.4. As despesas decorrentes da contratação correrão por conta da dotação orçamentária indicada na Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento, contrato específico ou instrumento equivalente emitido pela unidade demandante, conforme a natureza da despesa e a disponibilidade orçamentária própria.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA**

5.1. O prazo máximo de entrega será de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, salvo prazo diverso formalmente pactuado pela Administração em razão da quantidade, complexidade da demanda ou necessidade do serviço.

5.2. Os produtos serão entregues nos locais indicados pela Administração, podendo compreender almoxarifado central, garagem municipal, setor de transportes, oficina municipal, Secretarias Municipais ou outro endereço institucional situado no Município de Nova Viçosa/BA.

5.3. Não será admitida entrega parcial dos itens requisitados sem autorização prévia e expressa da Administração.

5.4. Todas as despesas com transporte, frete, embalagem, carga, descarga, tributos, seguros e demais custos necessários ao fornecimento correrão por conta exclusiva da contratada.

5.5. Os pneus deverão ser entregues com identificação legível do fabricante, medida, índice de carga, índice de velocidade, lote e data de fabricação (DOT ou equivalente), quando aplicável.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO, DA RECUSA E DA SUBSTITUIÇÃO**

6.1. O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega, para conferência quantitativa, documental e visual inicial, sem importar aceitação definitiva do objeto.

6.2. O recebimento definitivo ocorrerá após verificação da conformidade dos itens entregues com as especificações do Edital, do Termo de Referência, da Ata de Registro de Preços, da proposta vencedora e da solicitação emitida.

6.3. Poderão ser recusados, no todo ou em parte, os produtos que estiverem em desacordo com as especificações, apresentarem vícios, defeitos, avarias, sinais de armazenamento inadequado, ausência de certificação exigível, divergência de marca/modelo ofertado, data de fabricação incompatível ou qualidade inferior à exigida.



6.4. Os itens recusados deverão ser substituídos pela contratada, sem ônus adicional para a Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da notificação, salvo prazo menor fixado pela fiscalização em razão da urgência da demanda.

6.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade, procedência, adequação, segurança, garantia e conformidade dos produtos, inclusive quanto a vícios ocultos identificados durante o uso regular.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA DOS PRODUTOS E DA DATA DE FABRICAÇÃO**

7.1. Os produtos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo, sem prejuízo da garantia legal e da garantia eventualmente superior ofertada pelo fabricante, prevalecendo a condição mais vantajosa para a Administração.

7.2. A garantia abrange, no mínimo, defeitos de fabricação, falhas estruturais, desagregação, soltura, deformação anormal, rompimento prematuro, vícios ocultos e demais defeitos que comprometam segurança, desempenho, durabilidade ou adequação do produto à finalidade pública pretendida.

7.3. Como requisito de qualidade, segurança, durabilidade e melhor aproveitamento da garantia, os pneus deverão, preferencialmente, possuir data de fabricação não superior a 12 (doze) meses contados da data da entrega.

7.4. Poderão ser aceitos pneus com data de fabricação superior ao prazo indicado no item anterior, desde que a contratada comprove, de forma satisfatória, que o produto se encontra em perfeitas condições de armazenamento, integridade, segurança e uso, que será mantida integralmente a garantia exigida e que não haverá prejuízo à Administração, mediante aceitação expressa e motivada da fiscalização.

7.5. Verificado vício, defeito de fabricação, falha prematura ou inadequação do produto, a contratada deverá substituir o item ou adotar a solução determinada pela Administração, sem qualquer custo adicional.

7.6. Considerando a natureza comum do objeto, o fornecimento parcelado, o pagamento condicionado ao recebimento definitivo e as sanções administrativas previstas, não será exigida garantia contratual específica, sem prejuízo da garantia dos produtos.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO CONTRATUAL**

8.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão designada pela Administração, nos termos da legislação vigente.

8.2. Compete à fiscalização acompanhar as solicitações e entregas, verificar quantidades, marcas/modelos, medidas, data de fabricação, certificação exigível, integridade dos produtos, conformidade com a proposta, prazos de entrega e demais condições contratuais.

8.3. A fiscalização poderá solicitar catálogos, fichas técnicas, certificações, declarações do fabricante ou documentos equivalentes para comprovar a compatibilidade dos produtos ofertados ou entregues.

8.4. A atuação da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela perfeita execução do contrato, pela qualidade dos produtos fornecidos e por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9.1. Constituem obrigações da contratada, além das previstas no Edital, no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e na legislação aplicável:

I - fornecer os produtos em estrita conformidade com as especificações, quantidades, marcas/modelos aprovados, prazos e locais indicados pela Administração;





II - entregar apenas produtos novos, de primeiro uso, livres de vícios, defeitos, avarias, sinais de armazenamento inadequado ou adulteração;

III - não fornecer pneus usados, remoldados, recapados, recauchutados, recondicionados, remanufaturados, reformados ou similares;

IV - manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

V - assumir integral responsabilidade por frete, transporte, embalagem, carga, descarga, tributos, seguros, garantias, substituições e demais custos do fornecimento;

VI - substituir, no prazo fixado, os produtos recusados, defeituosos ou entregues em desacordo, sem ônus para a Administração;

VII - não substituir marca, modelo, medida, especificação ou característica essencial sem autorização prévia e formal da Administração;

VIII - emitir nota fiscal correspondente aos produtos efetivamente entregues e aceitos, com discriminação dos itens, quantidades, valores unitários e totais;

IX - reparar danos causados à Administração ou a terceiros em razão de ação, omissão, culpa, dolo, defeito do produto ou execução inadequada do fornecimento;

X - observar a legislação ambiental aplicável ao setor de pneumáticos, quando pertinente, especialmente quanto à cadeia de logística reversa e à procedência regular dos produtos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

10.1. Constituem obrigações da contratante:

I - emitir as Autorizações de Fornecimento, Ordens de Fornecimento, Notas de Empenho ou instrumentos equivalentes necessários à execução do objeto;

II - indicar os itens, quantidades, locais de entrega e demais informações necessárias ao fornecimento;

III - acompanhar, fiscalizar, conferir, receber, recusar ou atestar os produtos entregues;

IV - comunicar formalmente à contratada as irregularidades verificadas, solicitando correções, substituições ou providências cabíveis;

V - efetuar o pagamento pelos produtos regularmente fornecidos, definitivamente recebidos e atestados, observadas as condições de liquidação da despesa;

VI - aplicar as penalidades cabíveis quando constatado descumprimento contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO**

11.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo fiscal competente, após o recebimento definitivo do objeto e a regular liquidação da despesa.

11.2. A Nota Fiscal deverá conter a discriminação dos itens entregues, quantidades, preços unitários, preço total e referência à Autorização de Fornecimento, Nota de Empenho ou instrumento equivalente correspondente.

11.3. O pagamento ficará condicionado à conformidade do fornecimento, ao recebimento definitivo, ao atesto da fiscalização, à apresentação regular do documento fiscal e à manutenção das condições de habilitação exigíveis.



11.4. Havendo erro na nota fiscal, divergência de quantitativos, pendência documental ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até a regularização, sem ônus para a Administração.

11.5. Nenhum pagamento será efetuado por item recusado, devolvido, entregue em desacordo ou não definitivamente recebido.

11.6. Serão efetuadas as retenções tributárias, previdenciárias e legais cabíveis, conforme a legislação aplicável.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTE DOS PREÇOS**

12.1. Os preços contratados observarão os preços registrados na Ata de Registro de Preços e serão fixos e irrevogáveis durante os 12 (doze) primeiros meses, contados da data do orçamento estimado da licitação.

12.2. Após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, os preços registrados poderão ser reajustados mediante requerimento formal da contratada, decisão expressa da Administração e aplicação do índice IPCA/IBGE, exclusivamente em relação às obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.3. Não haverá reajuste automático, tampouco reequilíbrio presumido ou fundado em mera alegação genérica de aumento ordinário de custos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

13.1. A revisão extraordinária dos preços para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dependerá de requerimento formal da contratada, instruído com prova robusta, contemporânea e suficiente da ocorrência de fato superveniente, imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, demonstração analítica do impacto econômico e nexo causal entre o evento alegado e a alteração pretendida.

13.2. A Administração poderá solicitar documentos complementares, realizar diligências, consultar preços de mercado e negociar a adequação dos valores, preservado o interesse público e a vantagem da contratação.

13.3. O pedido de reequilíbrio será analisado pela Administração em prazo razoável, preferencialmente em até 30 (trinta) dias úteis, contado da apresentação completa da documentação necessária, podendo o prazo ser prorrogado mediante justificativa.

13.4. A apresentação de pedido de reequilíbrio não autoriza a suspensão unilateral do fornecimento pela contratada.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

14.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a contratada às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, no Edital, no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e neste contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.2. Poderão ser aplicadas, conforme a natureza e gravidade da infração, as sanções de advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.3. A multa moratória poderá ser fixada em 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado, incidente sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15% (quinze por cento).

14.4. A multa compensatória poderá variar de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento), conforme a gravidade da infração, a extensão do dano, a vantagem auferida e o grau de inadimplemento.



14.5. As multas poderão ser descontadas de créditos devidos à contratada, de garantia eventualmente existente, ou cobradas administrativa ou judicialmente, sem prejuízo da reparação integral dos danos causados.

14.6. A aplicação das sanções dependerá de processo administrativo próprio, com observância do contraditório, da ampla defesa, da proporcionalidade e da motivação dos atos administrativos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO**

15.1. O contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, no Edital, no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e neste instrumento, assegurados o contraditório e a ampla defesa quando cabíveis.

15.2. Constituem motivos para extinção contratual ou cancelamento do registro, entre outros: o não cumprimento ou cumprimento irregular das obrigações assumidas; a paralisação injustificada do fornecimento; a entrega reiterada de produtos em desconformidade; a perda das condições de habilitação; a prática de fraude ou ato lesivo; a recusa injustificada em atender à solicitação regularmente emitida; e a superveniência de interesse público devidamente motivado.

15.3. A extinção contratual não afasta a aplicação das sanções cabíveis nem o dever de reparação integral dos prejuízos causados à Administração.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

16.1. Eventuais alterações contratuais observarão as disposições da Lei nº 14.133/2021, mediante termo aditivo ou apostilamento, conforme a natureza da alteração.

16.2. A alteração de marca, modelo, medida ou característica essencial dos produtos somente poderá ocorrer mediante autorização prévia, expressa e motivada da Administração, desde que preservada ou elevada a qualidade do produto, mantido o preço registrado e demonstrada a compatibilidade com a necessidade pública.

16.3. É vedada qualquer alteração que descaracterize o objeto, prejudique a competitividade originalmente observada ou importe fornecimento de produto inferior ao ofertado e aceito na licitação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DA INTEGRIDADE, DA LEGALIDADE E DA BOA-FÉ**

17.1. A Administração poderá realizar diligências para aferir a autenticidade dos documentos, a procedência dos produtos, a regularidade das marcas/modelos ofertados, a compatibilidade técnica e a veracidade das informações prestadas pela contratada.

17.2. Identificados indícios de fraude, conluio, manipulação de preços, documento inidôneo, desvio de qualidade ou prática lesiva ao interesse público, serão adotadas as medidas administrativas, cíveis e penais cabíveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA VIGÊNCIA**

18.1. O presente contrato terá vigência pelo prazo necessário ao cumprimento das obrigações nele previstas, contado de sua assinatura, limitado à vigência da Ata de Registro de Preços, salvo quanto às obrigações de garantia, pagamento, responsabilização, sanções e demais efeitos que devam subsistir após o encerramento da execução.

18.2. Quando cabível e devidamente justificado, o contrato poderá ter sua vigência prorrogada nos termos da legislação aplicável, desde que preservada a compatibilidade com a Ata de Registro de Preços e com o interesse público.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO**

19.1. Os casos omissos serão resolvidos conforme a Lei nº 14.133/2021, o Edital, o Termo de Referência, a Ata de Registro de Preços, a proposta vencedora e os princípios que regem a Administração Pública.





19.2. Fica eleito o foro da Comarca de Nova Viçosa/BA para dirimir controvérsias oriundas deste contrato, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, ressalvadas as competências legais específicas.

Nova Viçosa/BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
CONTRATANTE

[Nome/cargo]

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

[Nome/cargo]

TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

